



ELISABETH THAIANE TERCINO DE ARAÚJO

**Processos dialógicos na Gestão Integrada do
Território: O caso da microrregião de Presidente
Kubistchek (MG)**

LAVRAS - MG

2017

ELISABETH THAIANE TERCINO DE ARAÚJO

**Processos dialógicos na Gestão Integrada do Território: O caso da
microrregião de Presidente Kubistchek (MG)**

Monografia apresentada à Universidade Federal
de Lavras, como parte das exigências do
curso de Administração Pública, para a obtenção
do título de Bacharel.

Orientador

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão

LAVRAS

2017

ELISABETH THAIANE TERCINO DE ARAÚJO

Processos dialógicos na Gestão Integrada do Território: O caso da microrregião de Presidente Kubistchek (MG)

Dialogical processes in Integrated Territory Management: The case of the microregion of President Kubistchek (MG)

Monografia apresentada à Universidade Federal
de Lavras, como parte das exigências do
curso de Administração Pública, para a obtenção
do título de Bacharel.

APROVADA em 08 de março de 2016.

Dr. José Roberto Pereira UFLA

Prof. Dr. José de Arimatéia Dias Valadão

Orientador

LAVRAS

2017

RESUMO

A Gestão Social (GS), implementada timidamente no Brasil, ainda não possui um conceito fortemente estabelecido, apesar da significativa discussão em nível nacional. A Gestão Integrada do Território (GIT) por sua vez, pouco discutida no contexto brasileiro e pouco trabalhada na academia brasileira propõe suas primeiras ações para Região do Espinhaço, localizada no estado de Minas Gerais. A GIT surge como a transformação do conceito básico de desenvolvimento sustentável, orientando a evolução de uma determinada região para um viés mais sustentável. Nesse sentido, com vistas a relacionar os pressupostos da Gestão Social com a proposição de GIT, o presente trabalho tem como objetivo precípuo analisar as práticas de gestão social que norteiam a Gestão Integrada do Território na microrregião localizada na Serra do Espinhaço (MG). O trabalho teve como referencial os processos dialógicos, a Gestão Social e a Gestão Integrada do Território, assim como a relação destas com o território. A pesquisa é um estudo exploratório-descritivo cuja abordagem trata-se do tipo qualitativa. Para coleta de dados optou-se pela pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e a realização de grupos focais, gerando dados qualitativos com vistas o alcance dos objetivos propostos. Para análise das práticas de GIT sob o viés da GS, orientou-se a pesquisa pelos pressupostos: tomada de decisão compartilhada, transparência, inclusão e pluralismo. A partir da análise dos dados coletados, infere-se que alguns pressupostos da GS possuem forte importância na GIT, enquanto outros ainda são pouco trabalhados nas práticas de gestão. Contudo, a Gestão Integrada inicia suas atividades na microrregião com vistas a participação dos atores, orientados para o entendimento e bem comum dos envolvidos.

Palavras-chave: Gestão Social, Gestão Integrada do Território, processos dialógicos, território.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1. Gestão Social	12
2.2. Processos Dialógicos	15
2.3. Gestão Integrada do Território	21
2.4. Território, GIT e Processos Dialógicos	25
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3.1.1. Documentos	32
3.1.2. Entrevistas Semi-Estruturadas	33
3.1.3. Grupo Focal	35
3.2. Análise de Dados	40
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
4.1. Serra do Espinhaço	41
4.2. Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em Minas Gerais	43
4.3. História dos Municípios da microrregião de Presidente Kubitschek	47
4.4. Gestão Integrada do Território	53
4.4.1. Principais atores na Gestão Integrada do Território	58
4.5. A Participação na Gestão Integrada do Território	60
4.6. Processos Dialógicos na Gestão Integrada da Microrregião de Presidente Kubitschek	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81

REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	95

1. INTRODUÇÃO

Os pressupostos da administração pública gerencial, hierarquizada e cujo poder e decisões mantém centralizado, é o modelo de gestão o qual historicamente têm prevalecido na governabilidade do Estado brasileiro. Entretanto, em função da complexa dinâmica entre Estado, Sociedade e Mercado, cada vez mais dá lugar a uma política que diz respeito à vida coletiva das pessoas em sociedade, suas organizações e às suas ações (HEIDEMANN; SALM, 2010; PEREIRA; RIGATTO, 2011). Diante disso, tornam-se relevantes outros modelos de gestão atentos ao dinamismo da sociedade atual e de suas necessidades e, principalmente, a conjuntura em âmbito local, bem como acontece na Gestão Social (GS) e na Gestão Integrada de Território (GIT).

Sob a perspectiva de Tenório (2005), entende-se que a GS caracteriza-se por uma gestão mais participativa, dialógica, no qual o processo decisório é exercido através de diferentes sujeitos sociais. Logo, com a gestão social, expande-se a consciência de que os desafios da atualidade só podem ser enfrentados por meio da cooperação e articulação entre agentes governamentais, empresariais e entre a sociedade civil (PEREIRA, 2011). Dessa maneira, a ação dialógica a qual a GS orienta-se, se desenvolve segundo os pressupostos do agir comunicativo, ou seja, quando os atores harmonizam entre si seus planos de ação e suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a ser negociado a respeito da situação e possíveis consequências (HABERMAS, 1989). Portanto, tratam-se os processos dialógicos da articulação entre os diversos atores envolvidos, em um dado contexto, a fim de alcançar um objetivo comum previamente traçado.

Esse modelo de gestão tem sido timidamente implementado teórica, conceitual e empiricamente no Brasil, mas a discussão em nível nacional acerca do termo Gestão Social é significativa, embora esta ainda não possua um conceito fortemente estabelecido. Contudo, a construção conceitual e a

adoção dessa prática de gestão tornam-se cada vez mais recorrentes e notórias (TENÓRIO, 1998; 2005; 2009; PEREIRA; CANÇADO; SILVA JR.; RIGO, 2011; DOWBOR, 1999; GOMES DE PINHO, 2010; PEREIRA, 2011) visto o crescente destaque no país, em função da adoção deste modelo em alguns municípios e organizações, bem como os resultados obtidos por meio de sua implementação.

Por outro lado, observa-se que após a Conferência de Estocolmo e a ECO-92, percebeu-se a relevância dos componentes econômicos, ambientais e sociais orientando ações, com vistas uma relação mais equilibrada com o meio ambiente. Há uma estreita relação entre esses componentes e o processo de desenvolvimento em qualquer âmbito de atuação. Embora o modelo de desenvolvimento sustentável ainda tenha muito a contribuir com o avanço econômico e social dos indivíduos, diante das complexas relações entre Estado, Mercado e Sociedade, o modelo amparado nessas três vertentes precisa adequar-se às necessidades e demandas da população de um determinado território a fim de atingir sua plena efetividade.

Em função da percepção de que o desenvolvimento amparado nesses três pilares ainda é insuficiente, surge a Gestão Integrada do Território (GIT) como a transformação do conceito básico de desenvolvimento sustentável, amparada nas vertentes econômica, ambiental e social atentando-se, sobretudo aos aspectos culturais do território (OOSTERBEEK, 2014). Embora esta visão, baseada no *triple bottomline* (meio ambiente, economia e sociedade), tenha sido relevante para estabelecer referências e orientar ações tanto na esfera pública quanto privada, Oosterbeek (2014) afirma que atualmente trata-se de um modelo incapaz de atender de modo eficiente às necessidades de todos os agentes envolvidos nesse contexto sustentável. A GIT é um modelo o qual almeja resultados a longo prazo, orientando a transformação de uma determinada região, levando-se em consideração os aspectos culturais da localidade.

Conforme apresentado, esses modelos de gestão ainda são recentes no Brasil e pouco trabalhados na academia brasileira, mas possuem construtos que conversam entre si. Pode-se observar que a Gestão Social relaciona-se com a Gestão Integrada pelos seus construtos, mas principalmente através da ação dialógica e do território. Nesse sentido, destacam-se no estado de Minas Gerais os municípios ao Sul do Médio Espinhaço, cujo desafio está na construção de uma rede de desenvolvimento entre estes, de forma integrada enquanto microrregião. Todavia, em função da parceria estabelecida entre Instituto Terra Memória (Portugal) e o Instituto Espinhaço (Brasil), existe a proposta de implantação do Plano de Desenvolvimento Integrado pelos municípios da região sul do Médio Espinhaço. Este “[...] plano trabalha a visão de que é urgente e necessário definir um rumo que afirme uma agenda positiva [...]” (INSTITUTO DO ESPINHAÇO, 2014), ou seja, que priorize iniciativas que possam contribuir positivamente para com o estado de Minas Gerais, caminhando para além da mineração, embora amparada no leque de possibilidades que esta possa permitir.

Nesse cenário, destaca-se o município de Morro do Pilar, o qual deu início ao Programa de Gestão Integrada do Território para o Desenvolvimento Sustentável, apoiado em uma metodologia específica cuja intenção era desenvolver o seu território, de acordo com as potencialidades que possui de modo mais eficiente possível. Morro do Pilar tornou-se então município pioneiro no estado de Minas Gerais e no Brasil, ao adotar o novo modelo de gestão baseado nos preceitos da sustentabilidade, o qual visa integrar e criar sinergia entre a biodiversidade local, a cultura e a memória de sua população (RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013-2014, 2015).

Diante das potencialidades de Morro do Pilar, principalmente àquelas relacionadas ao ecoturismo torna-se crucial considerar uma relação articulada com municípios vizinhos, principalmente os localizados ao sul do Médio Espinhaço, “que potencialmente partilham de preocupações

convergentes e com as quais se podem obter importantes ganhos de escala em uma lógica de coesão territorial e de crescimento” (OOSTERBEEK, 2014, p. 296). Neste sentido, destaca-se o surgimento do Projeto Plantando o Futuro por iniciativa do governo mineiro, cujo enfoque está primordialmente no meio ambiente, a ser implantado em todo o estado de Minas Gerais. No entanto, na região do Espinhaço busca-se aprimorá-lo de modo que os aspectos culturais, econômicos e sociais também sejam contemplados atendendo os pressupostos da Gestão Integrada do Território.

Está em curso no estado de Minas Gerais a implantação do Projeto Plantando o Futuro, sendo esta uma iniciativa que visa o plantio de 30 milhões de árvores, compreendendo a recuperação de 40 mil nascentes, 6.000 hectares de mata ciliar e 2.000 hectares de áreas degradadas, em todos os 17 territórios de desenvolvimento de Minas Gerais, até 2018. A ação é pautada na ampla mobilização social, conscientizando a população para que se aproprie do projeto e participe ativamente de todo o processo. Diante da vastidão do programa ambiental percebeu-se que para através da parceria com outras organizações e órgãos públicos ampliaria o alcance da ação em todo o estado de Minas. Dessa maneira, através da cooperação estabelecida estendeu-se a proposta para a Serra do Espinhaço, sendo esta uma região de grande relevância para Minas Gerais. O Instituto Espinhaço, por sua vez, surge nesse contexto como responsável pela implantação e coordenação do Plantando o Futuro, na região mineira, cujo nome acrescenta-se Semeando Florestas, Colhendo Águas na Serra do Espinhaço.

O Projeto na Serra do Espinhaço foi idealizado para promover o conhecimento, a prática e os valores humanos, assim como através da cooperação de diversos atores promover o desenvolvimento local por meio de boas relações principalmente entre as populações e o meio ambiente. Para tal, busca-se firmar parcerias as quais possibilitem a integração entre ações de âmbito global às de nível local, através de projetos pioneiros que estejam coesos aos objetivos das plataformas internacionais relacionadas ao

desenvolvimento sustentável, de baixo carbono e resilientes às mudanças climáticas.

Contudo, entende-se que a sustentabilidade global não pode acontecer sem sustentabilidade local, tendo em vista que ações relevantes a nível global vão aos poucos tomando forma em um ambiente micro. Dessa maneira, o projeto propõe a perspectiva de trabalhar o território da Serra do Espinhaço a partir da concepção de uma gestão integrada do território, a qual conecta diversos atores cruciais no âmbito local. Logo, destaca-se ressaltar-se a relevância das prefeituras municipais, as organizações da sociedade civil, os órgãos de fomento e pesquisa, as universidades e grupos de cidadãos das comunidades dos 53 municípios abrangidos pelo projeto.

Para facilitar a execução do projeto na Serra do Espinhaço, os 53 municípios contemplados pelo programa foram subdivididos em 05 núcleos, orientados basicamente por sua localização geográfica. Dessa maneira, foi possível ordenar as cidades nas chamadas Região Central (Núcleo Gouveia), Região Sudeste (Núcleo Caeté), Região Sul (Núcleo Ouro Preto), Região Centro-Sul (Núcleo Conceição do Mato Dentro) e Região Norte (Núcleo Diamantina). As atividades a serem realizadas nessas regiões seguem um cronograma definido pelo Instituto Espinhaço, de modo que nas regiões Central e Sudeste a previsão de implantação do Plantando o Futuro ocorresse no ano de 2016, enquanto nas demais em 2017. Portanto, para a realização da presente pesquisa o enfoque se deu na Região Central, visto que nessa localidade não haviam iniciado as proposições do Plantando o Futuro e/ou estabelecido quaisquer relações para além das prefeituras. Tal região é composta pelos municípios de Datas, Santo Hipólito, Manjolos, Serro, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Materlândia, Sabinópolis, Alvorada de Minas, Presidente Kubitschek, Presidente Juscelino, Congonhas do Norte e Dom Joaquim.

No entanto, para fins metodológicos e viabilidade da pesquisa, foi necessário estabelecer uma microrregião em virtudes das limitações em acompanhar as ações nos 53 municípios contemplados pelo programa. Desse

modo, buscou-se estabelecer uma microrregião a qual tivesse proximidade geográfica e fácil mobilidade entre os indivíduos interessados em participar das ações e encontros propostos. Entretanto, diante da finalidade principal do programa de recuperação ambiental, destacaram-se nesse sentido os municípios de Datas, Serro, Gouveia, Presidente Kubitschek, Presidente Juscelino e Congonhas do Norte em virtude do interesse do poder público local para com o projeto, além dos problemas ambientais vivenciados por esses municípios, principalmente relacionados à seca. Os dois encontros do projeto foram realizados no município de Presidente Kubitschek em razão do suporte e receptividade do poder público local, além de ser um município de fácil acesso pelos demais. Em ambas as ocasiões estiveram presentes moradores de Datas, Serro, Gouveia, Presidente Kubitschek, Presidente Juscelino e Congonhas do Norte.

Diante do exposto, o presente trabalho justifica-se em razão da pouca literatura acerca da Gestão Integrada de Território, principalmente no contexto brasileiro. Além disso, destaca-se a relevância de estudos futuros que visem a compreensão das práticas norteadoras desta gestão. Todavia, foi estabelecido como questionamento da pesquisa a ser respondido: Como os processos dialógicos, pressupostos da Gestão Social, configuram-se na Gestão Integrada do Território que vem acontecendo na microrregião de Presidente Kubitschek, localizada na Serra do Espinhaço, em Minas Gerais?.

Com o intuito de responder o problema de pesquisa, o presente trabalho pretende analisar as práticas de Gestão Social que norteiam a Gestão Integrada do Território na microrregião de Presidente Kubitschek, localizado na Serra do Espinhaço, no estado de Minas Gerais. No entanto, para a análise estabelecida como objetivo geral estipula-se as seguintes ações específicas a serem realizadas, sendo elas:

1. Identificar como surgiu, historicamente, a gestão integrada na região do Médio Espinhaço;

2. Descrever os principais atores envolvidos na história da construção da GIT na microrregião de Presidente Kubitschek;
3. Identificar de que maneira se dá a participação dos atores envolvidos na GIT na microrregião de Presidente Kubitschek;
4. Relacionar a participação dos atores com os processos dialógicos ocorridos no âmbito da GIT na microrregião de Presidente Kubitschek.

Além desta introdução, o presente trabalho possui outras 05 seções, sendo estas: o referencial teórico, que conta com uma revisão da literatura acerca da Gestão Social e processos dialógicos; da Gestão Integrada do Território, e a relação desta com o espaço geográfico; os procedimentos metodológicos, o qual aborda a classificação da pesquisa, os métodos utilizados para a coleta, a caracterização dos participantes, bem como a forma em que se deu a análise de todos os dados coletados; os resultados e discussões, em que se contextualiza a Serra do Espinhaço, retoma a trajetória histórica da região, discute a participação e as dinâmicas territoriais no contexto de GIT, além da análise acerca das práticas da gestão; por fim, as considerações finais, em que manifesta-se o ponto de vista acerca do alcance dos objetivos além de uma síntese da pesquisa apontando inclusive as limitações e sugestões para estudos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Gestão Social

Os pressupostos da administração pública gerencial, hierarquizada e centralizada (TENÓRIO, 2005), que historicamente têm prevalecido na governabilidade do Estado (FARAH, 2011) cada vez mais dá lugar a uma política que diz respeito à vida coletiva das pessoas em sociedade, suas organizações e às suas ações (HEIDEMANN; SALM, 2009). As Políticas Públicas (PP), baseadas até recentemente somente nas políticas governamentais, têm sido ampliadas para “incluir organizações não governamentais, entidades do setor privado e da comunidade e instituições voltadas à inclusão dos cidadãos no processo de formulação, implementação e controle de políticas públicas” (FARAH, 2011, p. 820).

As PP se tornaram as ações do conjunto de atores envolvidos nas transformações sociais de uma determinada comunidade, desde a identificação de dada situação como problema até implementações e avaliações posteriores. O Estado cada vez mais se apresenta somente como um importante aliado na consecução das atividades negociadas e articuladas conjuntamente pelos diversos atores envolvidos.

Para Tenório (2005), os debates até então focalizados nas relações Estado – Sociedade, Mercado - Sociedade e Capital – Trabalho, devem ser invertidas, ou seja, as relações devem estar baseadas nas relações Sociedade – Estado, Sociedade – Mercado e Trabalho – Capital, pois as inversões promovem relevantes mudanças a medida em que tornam a Sociedade e o Trabalho em protagonistas das transformações societárias e não o Estado e o Capital como tem sido até então. Com isso, em contraponto a gestão estratégica, se estabelece à gestão social (GS), a qual prioriza a cidadania deliberativa, em que “a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2005, p. 105).

A gestão social caracteriza-se como um gerenciamento de cunho mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por diferentes sujeitos sociais (TENÓRIO, 2005). Isto é, a GS é entendida como o processo gerencial dialógico cuja autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação, podendo ocorrer em qualquer tipo de sistema social seja ele público, privado ou de organizações não governamentais (TENÓRIO, 2005; 2006; 2009). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais onde todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2005). A esfera governamental, até então centralizadora das ações de políticas sociais, passa a compartilhar as ações locais de desenvolvimento e promoção de bem-estar (PINHO, 2010).

Para Pereira (2011) a gestão social abre possibilidades e espaço de interlocuções transdisciplinares no seio da sociedade, tanto em ambientes micros, na esfera local e dos indivíduos, como no ambiente macro, envolvendo toda a sociedade e a União. Segundo Freitas, Freitas e Ferreira (2016) a participação social deve ser integrada, prática e discursivamente, às políticas (*policy*), para haver confluência com a democracia que funda o sistema de governo, trazendo um novo significado à política (*politic*). Todavia, “a participação, ou a própria gestão social, podem ser incorporadas a políticas públicas de forma instrumental, sem nenhum caráter eminentemente político” (FREITAS; FREITAS; FERREIRA, 2016, p. 279)

Conforme apontado por Freitas, Freitas e Ferreira (2016), a prática da gestão social pressupõe a organização da sociedade civil e sua presença efetiva no processo de construção e tomada de decisões no interior do Estado. De acordo com Pereira (2011), a dinâmica das interações entre Sociedade, Estado e Mercado sinaliza para a expansão das instituições públicas estatais e não estatais como maneira de consolidação de nossa democracia. Assim, expande-se a consciência de que os desafios da atualidade só podem ser enfrentados por meio da cooperação e articulação

entre agentes governamentais, empresariais e entre a sociedade civil (PEREIRA, 2011).

Conforme Habermas (1997 apud FREITAS; FREITAS; FERREIRA, 2016, p. 284) o indivíduo se constitui na ação discursiva e, nessa mesma prática, produz, molda e modifica contexto social e político o qual está inserido. “A materialização desse processo parece ser possível por meio do fortalecimento de esferas públicas comunicativas e das possibilidades de diálogos” (FREITAS; FREITAS; FERREIRA, 2016, p. 284). Neste sentido, a prática discursiva da gestão social busca a formação de consensos, visto que através do diálogo é possível ampliar as possibilidades de entendimento entre os envolvidos, com vistas ao bem comum (CANÇADO; SAUSEN; VILLELA, 2013).

Entretanto, no Brasil, embora as discussões sejam crescentes ainda não existe um consenso em relação à noção de Gestão Social, visto que esse é ainda um campo em construção (PERES JR.; PEREIRA, 2014; CANÇADO, 2011). Nesse sentido, Peres Jr. e Pereira (2014) destacam as principais escolas do campo da gestão social e os principais autores de cada uma delas. Contudo, somada à categorização de Alcântara (2015), a GS possui as seguintes abordagens atuais: A abordagem crítica frankfurtiana, em que se destacam os trabalhos de Fernando Tenório (o autor que possui mais trabalhos, além de estar entre os mais citados) e Genauto França Filho; a abordagem da gestão do desenvolvimento social interorganizacional, proposta pela autora Tânia Fischer; a abordagem da administração pública societal bastante discutida por Ana Paula Paes de Paula; e a abordagem puquiiana, nas quais os textos de maior impacto são os dos autores Ladislau Dowbor, Eloísa Cabral e outros ligados a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). O Quadro 01 apresenta as abordagens citadas e seus respectivos autores, bem como o cenário o qual cada um destes compreende a Gestão Social.

Quadro 01 – Escolas do Campo da Gestão Social

Tipo de Abordagem	Autores	Locus da Gestão Social
FRANKFURTIANA	Tenório	Qualquer sistema social (TENÓRIO, 2005)
	França Filho	Sociedade Civil (FILHO, 2007)
	Oliveira Cançado Pereira	Espaços públicos enquanto espaços dialógicos (OLIVEIRA, CANÇADO, PEREIRA, 2010)
GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL INTERORGANIZACIONAL	Tânia Fischer	O território e as interorganizações (FISCHER, 2012)
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOCIETAL	Ana Paula Paes de Paula	Conselhos gestores, Orçamento participativo, principalmente. (PAULA, 2005)
PUQIANA (PUC/SP)	Dowbor	Não delimitado (DOWBOR, 1999)
	Cabral	Terceiro Setor (CABRAL, 2008, 2011)

Fonte: Peres Jr. (2013); Alcântara (2015); Peres Jr., Pereira (2014).

Dessa maneira, entende-se que

[...] a gestão social se constitui segundo literatura nacional tanto nas esferas sociais quanto públicas; que pode ser possível nos sistemas sociais privado, público e do terceiro setor; pode ser encontrada em arranjos institucionais bem como no poder comunicativo e também envolve as possibilidades de cooperação e conflito entre esses *loci* (ALCANTARA, 2015, p. 297).

Alguns consensos quanto os objetivos da gestão social são notados no debate atual sobre o tema, portanto destaca-se o bem comum (FILHO, 2007; TENÓRIO, 2005; FISCHER, 2012), e/ou atendimento às necessidades especiais (CABRAL, 2008) o que aproximaria a gestão social da gestão pública. No entanto, no cenário atual surge a Gestão Integrada do Território (GIT) como um novo modelo administrativo capaz de conversar com a Gestão Social principalmente através da ação dialógica e dos territórios.

2.2. Processos Dialógicos

A gestão social (GS) de políticas públicas desde o início da década de 1990 vem sendo discutida no Brasil (TENÓRIO, 1999; 2005; PINHO, 2010; PEREIRA, 2011), em decorrência, um conjunto de eventos,

experiências empíricas e discussões teóricas que já foram realizadas. Contudo, em relação às políticas públicas, nas últimas décadas, os focos no Estado e em seus processos formais passaram a ser rediscutidos a partir da lógica da participação e do engajamento mútuo entre a esfera pública e privada. O intuito de superar a burocracia, os processos de centralização da gestão pública e a ausência de práticas democráticas consolidadas começaram a direcionar os esforços nesse campo e novas perspectivas passaram a ser vislumbradas.

A gestão social de políticas públicas é um processo gerencial dialógico cuja concepção, elaboração, implementação e avaliação de políticas é compartilhada entre os sujeitos da ação no âmbito da esfera pública (PEREIRA; RIGATTO, 2011, p. 21). Desse modo, a GS é uma forma de gestão que através da participação visa integrar toda a sociedade e promover o envolvimento dos diversos atores a fim de alcançar um bem-comum. Entendem-se aqui políticas públicas como tudo aquilo que diz respeito à vida coletiva das pessoas em sociedade e em suas organizações bem como às suas ações (PEREIRA; RIGATTO, 2011).

A ação dialógica a qual norteia a GS desenvolve-se baseada nos pressupostos do agir comunicativo, isto é, na busca pelo consenso, compromisso com a verdade, e racionalidade dos argumentos utilizados (HABERMAS, 1989). Conforme apontado por Freitas, Freitas e Ferreira (2016), a racionalidade comunicativa trata-se da capacidade dos sujeitos em construir um discurso a partir de um processo argumentativo. Por isso, esta racionalidade é essencialmente integrativa, logo, a ação instrumental age sobre essa integração expressando as diversas possibilidades de influência de um ator sobre os demais (FREITAS; FREITAS; FERREIRA, 2016).

O ato de acordar algo não “pode ser imposto à outra parte [...]. Este assenta-se sempre em convicções comuns” (HABERMAS, 1989, p. 165). A partir dessa ideia acerca do acordo, entende-se que no ato de acordar algo “o ato de fala de um, só terá êxito se o outro aceitar a oferta nele contida, tomando posição afirmativamente, nem que seja de maneira implícita, em

face de uma pretensão de validade em princípio criticável” (HABERMAS, 1989, p. 165). Então, de acordo com Freitas, Freitas e Ferreira (2016, p. 287) conclui-se que “[...] a gestão social perpassa pelo uso racional da linguagem, de forma autônoma, inteligível, dialógica e consensual. Assim, discurso e ação se entrelaçam na construção do sujeito político e do processo participativo”.

Para que os atores estabeleçam um entendimento a coerção é estranha ao processo e o entendimento, não a negociação, deve ser almejado (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). Nesse sentido, destaca-se que através do diálogo é possível ampliar as possibilidades de entendimento, logo, este passa a ser claramente compreendido pelos atores envolvidos. O entendimento entre os envolvidos busca um bem comum, sendo esta uma consequência do interesse bem compreendido (CANÇADO; SAUSEN; VILLELA, 2013). No entanto, o consenso segundo Freitas, Freitas e Ferreira (2016, p.287) trata-se de “[...] um resultado temporário do processo dialógico, e isso o caracteriza, pois o processo comunicativo, engendrado na esfera pública, nunca pode ser tomado como acabado, porque, em essência, é intersubjetivo e mutável”.

Para Freitas, Freitas e Ferreira (2016) a sociedade civil é a responsável por esse processo, pois são associações e organizações não estatais e não econômicas, as quais fundamentam as estruturas de comunicação das esferas públicas nos componentes sociais do mundo da vida. Além disso, através do diálogo, os atores traçam objetivos comuns, definem projetos, metodologia de trabalho e outros pontos, por isso são eles os principais responsáveis pelas ações a serem executadas. Segundo Tenório (2002 apud PERES JR; PEREIRA, 2014, p. 230) a gestão social pode ocorrer no âmbito público, através de uma administração pública participativa, bem como nas esferas privadas e não governamentais, mediante uma flexibilização organizacional em que no processo de tomada de decisão, o envolvimento e a participação dos envolvidos sejam aceitos e incentivados, ocasionando em uma ação gerencial mais participativa.

Nessa perspectiva, o processo decisório é baseado na solidariedade, isto é, na responsabilidade recíproca dos envolvidos, logo é possível entender que a **tomada de decisão compartilhada** é baseada primordialmente no bem comum (CANÇADO; SAUSEN; VILLELA, 2013). Desse modo, “a busca do “entendimento” ou do “consenso” seria uma consequência da tomada de decisão coletiva” (FREITAS; FREITAS; FERREIRA, 2016, p. 286). Cançado (2011, p.99) salienta que “se a decisão é coletiva efetivamente, a coerção é estranha ao processo e o entendimento (e não a negociação) deve ser seu caminho”.

A ação comunicativa de Habermas prevê inclusive a **transparência** ou coletivização das informações, tendo em vista que esta é uma das condições da gestão social e que por meio dela busca-se a intersubjetividade e dialogicidade. “A dialogicidade autêntica baseada na liberdade comunicativa, como apontado por Cançado, Pereira e Tenório (2011), impele a necessidade da transparência como condição necessária ao processo decisório” (FREITAS; FREITAS; FERREIRA, 2016, p. 286). “Se o processo decisório passa pelo entendimento, pela utilização da linguagem e comunicação entre as pessoas as informações devem estar disponíveis a todos, o segredo e a assimetria de informações também são estranhos a este processo (CANÇADO, 2011, p. 99). A comunicação das consciências individuais, umas com as outras, que ocorrem baseadas na reciprocidade é dificultada quando os indivíduos não têm acesso à informação completa e clara, contrariando a ação dialógica (CANÇADO; SAUSEN; VILLELA, 2013).

Atrelado á transparência surge a premissa de **inclusão** do agir comunicativo. Isto ocorre, pois com a inclusão busca-se reconsiderar o poder de comunicação da sociedade como um todo, logo, entende-se que incluir está na capacidade dos atores em estarem inseridos nos espaços decisórios públicos e de representarem os interesses coletivos (TENÓRIO et al., 2008). Tenório et al. (2008) ainda acrescenta que para que seja sustentável os processos de inclusão social, estes devem ser naturalmente participativos.

Ressalta-se que através da coletivização de informações é possível tornar público a uma diversidade maior de atores as propostas a serem implementadas e com isso dar a eles a possibilidade de atuar mais ativamente.

Quanto ao **pluralismo**, ressalta-se a multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas (TENÓRIO et al., 2008). Dessa maneira, entende-se o quão importante é o envolvimento e participação de diferentes atores para que o entendimento entre os envolvidos oriente um bem comum a todos. É importante considerar que embora os atores sejam bastante heterogêneos, “são válidas as normas de ação às quais todos os possíveis atingidos poderiam dar o seu assentimento, na qualidade de participantes de discursos racionais” (HABERMAS, 2003, p. 142), com isso valoriza-se nos processos dialógicos o pluralismo do grupo. O Quadro 02 sintetiza as ideias discutidas acerca dos processos dialógicos e apresenta seus aspectos centrais:

Quadro 02 – Conceituação e Aspectos Centrais dos Processos Dialógicos

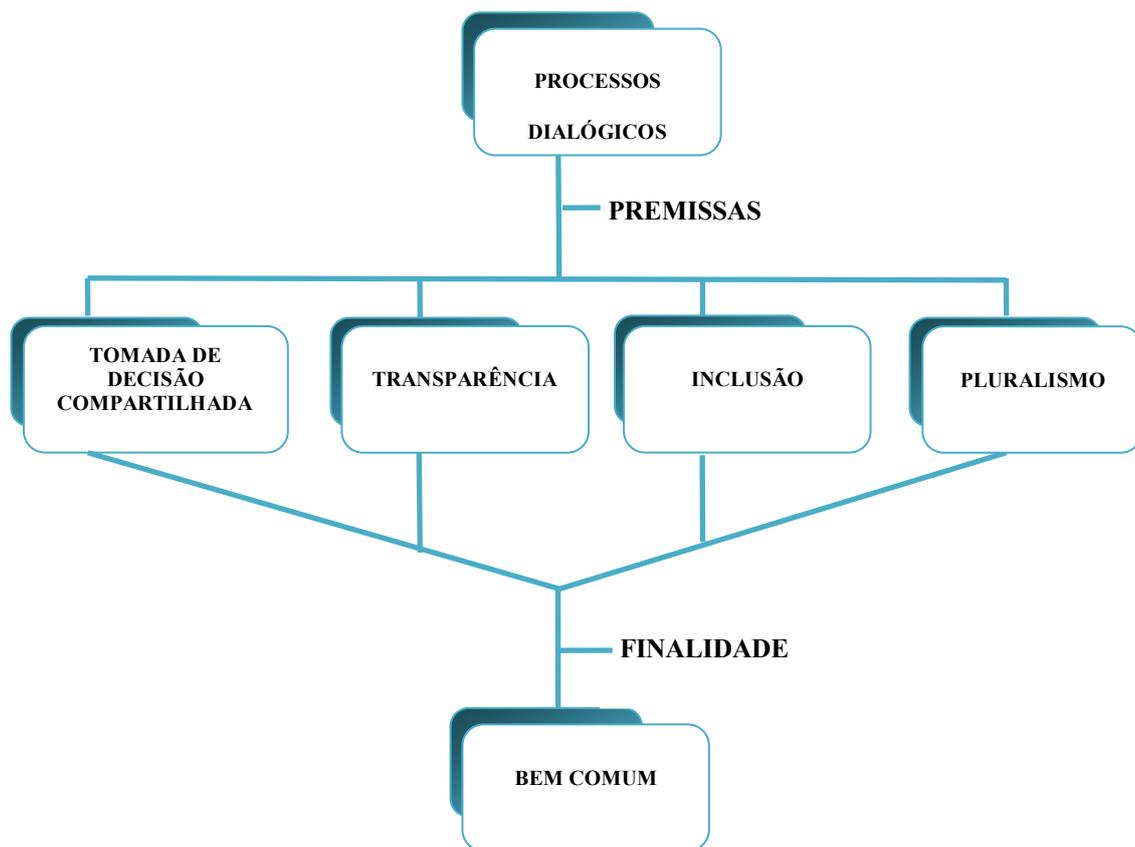
Construtos	Conceituação	Aspectos Centrais
Tomada de Decisão Compartilhada	Compreende a livre manifestação dos pensamentos por parte dos indivíduos, livre de coerção, cujo entendimento é o caminho.	<ul style="list-style-type: none"> - Busca por entendimento; - Dialogicidade; - Descentralização do poder decisório.
Transparência	Trata-se da publicização de todas as ações realizadas na gestão, utilizando linguagem clara e acessível a toda a sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> - Clareza das informações; - Confiabilidade dos dados.

Inclusão	Corresponde a inserção de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas.	- Democratização dos espaços de decisão; - Valorização cidadã; - Reconhecimento da participação e fomento ao envolvimento de minorias.
Pluralismo	Trata-se da diversidade de atores que fazem parte do processo de tomada de decisão nas políticas públicas.	- Valorização da diversidade; - Democratização dos espaços de decisão; - Fomento a participação e engajamento dos indivíduos.

Fonte: Tenório et al. (2008); Cançado (2011).

Assim, busca-se ilustrar com a Figura 01, a relação entre os processos dialógicos e suas premissas, sendo elas: a tomada de decisão compartilhada, a transparência, a inclusão, e o pluralismo. Ao que tange esses aspectos destaca-se que são conceitos que servirão de base para entender de que maneira se dá os processos dialógicos no contexto estudado, além de servirem de apoio para uma análise mais detalhada acerca da prática que vem ocorrendo na microrregião de Presidente Kubitschek (MG). Em função do entendimento entre os envolvidos na ação dialógica buscar um bem comum, este é considerado uma conclusão do interesse bem compreendido (CANÇADO; SAUSEN; VILLELA, 2013).

Figura 01 - Processos Dialógicos, Premissas e Finalidade



Fonte: Do autor (2016)

2.3. Gestão Integrada do Território

Em 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, ocorreu globalmente uma reavaliação a respeito da questão ambiental. Nessa Conferência, os principais anseios estavam na discussão de proposições a fim de solucionar e/ou minimizar problemas observados ao que tange os aspectos ambientais, bem como definir preceitos os quais os países pudessem adotar como norte para garantirem a melhoria do meio ambiente. Em Estocolmo, reconheceu-se do ponto de vista internacional, a importância dos instrumentos de gestão ambiental para promoção do desenvolvimento (MOTA et al, 2008). Conforme Passos (2009) aponta,

[...] tal Conferência propiciou a consolidação das mais indispensáveis bases à moderna política ambiental adotada pela imensa maioria dos países, com maior ou menor rigor, nos seus respectivos ordenamentos jurídicos. É, portanto, caracterizada pelo despertar da consciência das nações sobre essa realidade, fazendo com que surgissem, também, novos movimentos ecologistas e preservacionistas que, por sua vez, passaram a refletir-se nas Cartas Constitucionais dos Estados, os quais passaram a incluir em seus textos os chamados direitos de proteção ao meio ambiente (PASSOS, 2009, p.12).

Entretanto, a Eco-92 é considerada por grande parte dos analistas, como a maior Conferência Mundial no imediato pós-guerra Fria, em função da relevância apresentada por tal evento. Esse significado atribuído a Conferência pode ser percebido por dois ângulos: o da representatividade institucional por meio de governos, sociedade civil e grupos sociais autóctones da Terra, e a partir dos significados econômico, social e ecológico (MOTA et al, 2008). A Agenda 21, resultado da Conferência, é um plano global definido como um instrumento de planejamento que corrobora a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016). Todavia, é importante reconhecer que os componentes econômicos, ambientais e sociais se relacionam de tal modo que é independente de se querer ou não que um elemento interfira junto a outro, embora percebidos simultaneamente. De acordo com Gaspar (1995 apud MOTTA; NUNES, 2015, p. 183) “há uma transversalidade entre o econômico, o ambiental e o social que necessita ser reconhecida”.

Observou-se que os três pilares preconizados para o desenvolvimento sustentável – ambiental, social e econômico - são tradicionalmente tratados de forma desvinculada, com fronteiras delimitadas, sem interdependência, deixando de lado as inter-relações entre eles. Contudo, amparado na crença de que os avanços científicos e tecnológicos e o crescimento econômico podem corroborar com o desenvolvimento social,

melhoria da qualidade de vida e redução de desigualdades, nota-se ao contrário. Isto é, percebe-se que o crescimento econômico e tecnológico impactou de modo negativo, visto que trouxe consigo o aumento da pobreza e da desigualdade social, e o reconhecimento da impossibilidade ecológica e econômica de os países subdesenvolvidos seguirem o mesmo caminho trilhado pelos países industrializados (COLOMBO, 2010). Motta e Nunes (2015), nesse sentido, evidenciam a necessidade de compreender a natureza de modo integrado e sistêmico, tendo em vista que a crise financeira está ligada a uma nova ordem econômica e que as lacunas ambientais são dependentes de inovações tecnológicas, transformações sociais e políticas públicas capazes de resolver problemas locais orientados por uma estratégia global.

Para Oosterbeek (2012), a Gestão Integrada do Território (GIT) trata-se da transformação do desenvolvimento sustentável, ou seja, a GIT ampara-se além dos aspectos ambientais, econômicos e sociais, nas práticas culturais as quais a localidade possui. A GIT, por sua vez, está apoiada em outro pilar a fim de atingir de forma efetiva seus objetivos, ou seja, esse modelo de gestão valoriza os aspectos culturais da localidade, muito em função da compreensão de seus impactos no contexto local a qual está inserida. Embora a visão baseada no *triple bottomline* (ambiente, economia e social) tenha sido crucial para estabelecer referências e orientar ações tanto na esfera pública quanto privada, atualmente trata-se de um modelo defasado, incapaz de atender de modo eficiente às necessidades de todos os agentes envolvidos nesse contexto sustentável (Oosterbeek, 2012). O modelo de desenvolvimento sustentável ainda tem muito a contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, todavia diante das complexas relações entre Estado, Mercado e Sociedade, o modelo amparado nessas três vertentes precisa adequar-se às necessidades e demandas da comunidade de um dado território a fim de atingir plena efetividade.

A Gestão Integrada do Território (GIT) surge como um novo modelo cujo enfoque está no território. Esta gestão é capaz de promover “a

diversidade e a integração cultural ao equilíbrio da geração de riquezas, manutenção dos recursos naturais e qualidade de vida para a população partindo da identificação dos dilemas que cruzam a busca de soluções para o território e as comunidades” (MOTTA; NUNES, 2015, p. 183). Dessa forma, entende-se o território como o espaço geográfico o qual ocorre a gestão integrada, logo esse tipo de gestão pode ocorrer em um determinado ambiente bem como em “uma empresa ou espaços que precisam de governança para poder estruturar seus recursos a fim de atingir objetivos concretos” (MOTTA; NUNES, 2015, p. 183).

Nessa perspectiva, o território assume sua totalidade e por isso, torna-se crucial analisar todos os elementos que o compõem e o caracterizam. Para Oosterbeek (2012)

O território é o planeta, ou até mesmo além dele. Ele inclui vários subterritórios dentro dos quais os grupos humanos projetam suas estratégias logísticas. Essa logística tem como objetivo a ligação entre as necessidades humanas com os recursos, baseada nas percepções do território. A economia é a estrutura de logística, no sentido em que articula os agentes humanos, recursos, mecanismos de transporte, comunicação e outras técnicas no âmbito dos territórios em crescimento. A sociedade é a estrutura de organização da economia e o ambiente é o contexto que engloba tudo. E as culturas são a forma como cada comunidade articula sua logística socioeconômica (OOSTERBEEK, 2012, p. 38).

Portanto, esse modelo de gestão incorpora uma nova variável: a cultura. Por meio desta nova perspectiva é possível perceber uma compreensão integrada a algo até então visto de forma fragmentada, a partir de uma concepção dissociada. A gestão integrada visa utilizar-se dessa nova variável como elo (MOTTA; NUNES, 2015), ou seja, a cultura nesse contexto atua como um fator de ligação entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Além disso, como lembra Machado (2006), os critérios técnicos possuem raízes políticas, uma vez que “[...] qualquer técnico, na condição de pessoa humana, traz dentro de si os valores políticos, éticos, morais, hábitos profissionais da sociedade e da cultura da qual faz parte,

valores esses que norteiam suas ações individuais” (MACHADO, 2006, p.182-183).

A proposição da Gestão Integrada do Território não se trata apenas de promover um modelo de desenvolvimento específico, mas da construção de um quadro de referência o qual possa articular e concentrar esforços (OOSTERBEEK, 2014), tendo em vista o cenário de “policrises” o qual todas as sociedades na atualidade têm enfrentado (OLIVEIRA, 2014). De acordo com Oosterbeek (2014), tornam-se necessários para programar uma dinâmica de GIT quatro grupos de ações, sendo eles: a formação; a organização de uma matriz territorial resiliente; comunicação diversificada e multidireccional e por fim, uma interlocução institucional para a governança.

Portanto, destaca-se que nesse modelo de gestão a participação dos diferentes atores deve ser defendida não apenas por questões democráticas, mas como uma nova forma de gestão dos recursos e do meio ambiente, partindo do pressuposto de que as pessoas envolvidas no processo decisório sentir-se-ão mais comprometidas, aumentando-se as chances de se cumprir as ações determinadas (MACHADO, 2006). Shiki e Shiki (2014) afirmam que quando se trata da gestão de recursos e do meio ambiente, sempre se fazem presentes atores de vários segmentos produtivos e de consumo, que ao agirem, atuam direta ou indiretamente no sistema. A interação com a sociedade permite uma gestão negociada, com a qual é possível estabelecer um denominador comum, de forma pactuada (SHIKI; SHIKI, 2014). Nesse sentido, torna-se impraticável a gestão por uma instituição isolada sobre um assunto tão multifacetado.

2.4. Território, GIT e Processos Dialógicos

No âmbito do território, é possível notar a presença e articulação de indivíduos e organizações, sejam elas de interesse público e/ou privado, respeitando suas respectivas normas, objetivos, missões, valores, limitações e características, sejam elas de cunho econômico, político e cultural.

Contudo, existem diversos arranjos sociais e territoriais, que perpassam pelos indivíduos até grandes organizações políticas, culturais e/ou empresariais, o que influi diretamente na dinâmica do território. Segundo Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço, e este é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, em qualquer nível. Ao apropriar-se de um espaço concreta, ou abstratamente, o ator "territorializa" este espaço. Nesse sentido, entende-se que o território é objetivado por relações sociais, seja de poder ou dominação, logo, isto implica na cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas (SAQUET, SPÓSITO, 2009).

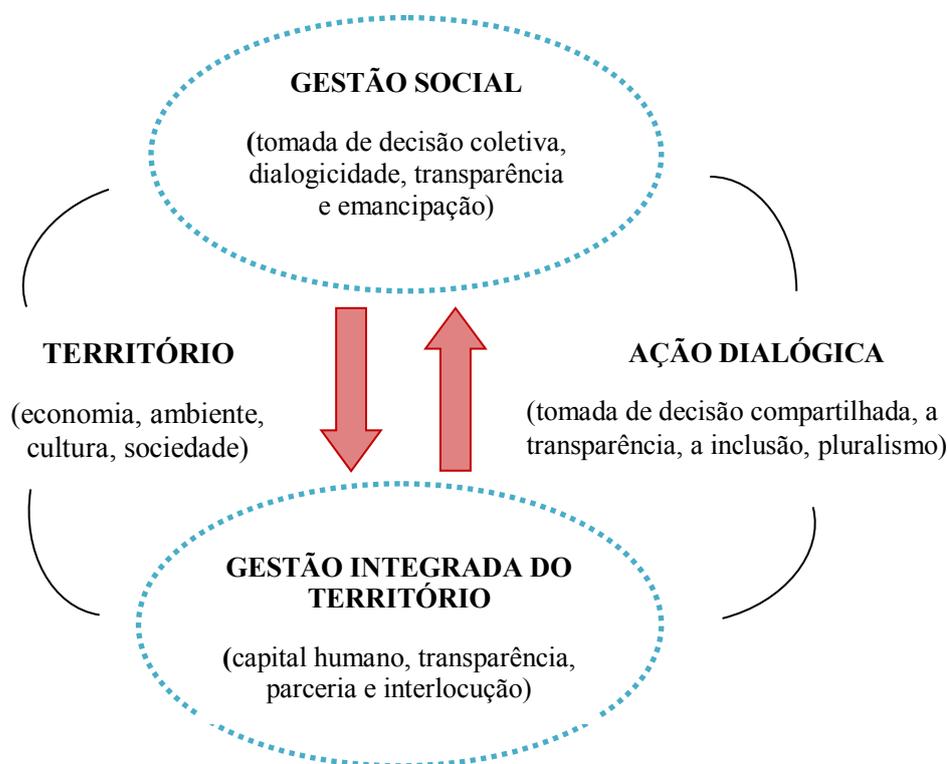
Oosterbeek (2014) ressalta que a Gestão Integrada do Território incorpora os instrumentos orientados para monitorar variáveis não mensuráveis, além de adotar a construção de sequências racionais de dilemas com que os territórios e os atores vivenciam e necessitam superar. Dessa maneira, adotam variáveis e perspectivas divergentes das tradicionais, ou seja, as variáveis tradicionais de planejamento e a perspectiva tradicional de “resolver problemas” (OOSTERBEEK, 2014).

É possível identificar duas visões diferentes acerca do território: a visão parcial, cuja ênfase está em uma única dimensão (política, econômica, cultural ou natural), ou a visão integrada de território que envolve conjuntamente todas as dimensões (HAESBAERT, 2009, apud ANÁSTACIO, 2016, p. 33). Então, entende-se que os territórios são espaços conflitivos, cujos indivíduos estão em constante atrito, sobretudo em função das relações de poder e dominação assim como a diversidade de interesses de todos os atores envolvidos. Diante disso, entende-se o quão importante é nos espaços territoriais a gestão baseada nos processos dialógicos cuja interação social dos indivíduos esteja voltada para uma situação a qual os atores harmonizam entre si seus planos de ação e suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente (HABERMAS, 1989).

Conforme apresentado na Figura 02 é possível perceber a troca entre a Gestão Social e a Gestão Integrada do Território a partir da ação dialógica

que se dá no âmbito dos territórios. A relação entre ambas se dá através dos processos dialógicos, cujas premissas envolvem a tomada de decisão compartilhada, a transparência, inclusão e pluralismo, e por meio do território onde ocorrem as dinâmicas sociais, diretamente influenciadas pelos aspectos econômicos, culturais, ambientais assim como pela sociedade.

Figura 02 – Integração Teórica entre a GS e a GIT



Fonte: Do autor (2016).

Na proposta habermasiana, a razão é algo procedimental, pois serão racionais as proposições que forem validadas num processo argumentativo (BASTOS; OLIVEIRA, 2006). Então, entende-se que a ação dialógica se dá a partir de argumentos racionais os quais se comprometem com a verdade, legitimando os consensos alcançados. Neste sentido, na ação dialógica considera-se a tomada de decisão coletiva àquela baseada na racionalidade dos argumentos utilizados pelos indivíduos, construídos inclusive a partir da

coletivização das informações acerca de um determinado fato. Além desses aspectos, ressalta-se que em um processo argumentativo devem estar incluídos atores diversos, que explicitem pontos de vistas e interesses divergentes a fim de alcançar um consenso comum a todos que participaram desse processo. Por isso, conforme Bastos e Oliveira (2006, p. 125) entende-se que

[...] a capacidade de agir sem coações e de produzir consensos mediante a fala argumentativa, permite que a linguagem estabeleça um entendimento não só acerca dos objetos, mas também sobre normas e formas de vidas que podem ser justas ou injustas. Daí a possibilidade de representar um viés emancipatório (BASTOS; OLIVEIRA, 2006, p. 125).

No entanto, a gestão social orientada para e pelo desenvolvimento é uma forma de poder ancorada territorialmente (FISCHER, 2012, p. 115). Todavia, para que isso ocorra, os processos dialógicos são cruciais nesse processo. A GS, embora não possua ainda um conceito fortemente estabelecido, “pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último” (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). Conforme Cançado, Tenório e Pereira (2011), se a decisão é realmente coletiva, a coerção é estranha ao processo, e o entendimento é almejado nesse contexto, destacando a dialogicidade característica da gestão social. A transparência surge como condição necessária para as outras características, tendo em vista que a assimetria de informações torna inviável a tomada de decisão coletiva baseada no entendimento esclarecido (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). Por fim, os autores apontam a emancipação como fim da GS, baseada nos construtos destacados, assim como no processo democrático deliberativo e no exercício pleno da cidadania.

A Gestão Integrada, por sua vez, faz-se a partir de quaisquer áreas de atuação, isso em função de propor uma integração cultural (Oosterbeek, 2014). Então, de acordo com Oosterbeek (2014) esta apoia-se em diversos

pontos, no entanto para a pesquisa destacam-se: o capital humano e social, o qual busca-se o reforço de qualificações e competências; a transparência, basicamente por tornar públicas as ações; a parceria, relacionada diretamente a sinergia; e por fim, a interlocução que ressalta o diálogo interinstitucional entre as organizações. Dessa maneira é possível compreender que a GIT promove a construção de uma dinâmica participada e consorciada de integração permanente de todos os principais setores de intervenção, independentemente da temática e/ou entidades que os promovam (Oosterbeek, 2014).

Ambas estão com linhas tracejadas, pois a Gestão Social ainda não se consolidou no cenário brasileiro e não possui um conceito estabelecido. Além disso, a gestão é permeável as relações sociais no ambiente o qual foi adotado. No caso da GIT justifica-se, pois esta ainda está em um processo de construção, pouco definido, e fortemente influenciado pelas dinâmicas territoriais em constante mutação.

As dinâmicas territoriais acontecem muito em função da forma como as pessoas assumem e executam distintas funções ou como as relações sociais se mesclam gerando multiterritorialidades (FERNANDES, 2008). Logo, entender e/ou propor a gestão integrada em um dado território torna-se possível e relevante à medida que atores diversos “pertencentes” a esse espaço possam participar de forma compartilhada na tomada de decisão, acessar as informações de forma completa e clara, bem como serem incluídos em espaços participativos a fim de se alcançar um bem comum como consequência dos interesses bem compreendidos entre todos os envolvidos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório e descritivo cuja abordagem trata-se do tipo qualitativa. A pesquisa exploratória possui como principal objetivo proporcionar uma visão geral, aproximativa, acerca de determinado fato (GIL, 2002). A pesquisa descritiva, por sua vez, prima pela “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 28).

Para o presente trabalho adotou-se a pesquisa exploratória, tendo em vista a pouca literatura acerca do tema estudado, propiciando uma pesquisa deste tipo (GIL, 2002). No entanto, o viés descritivo torna-se necessário para o presente trabalho visto os objetivos específicos, os quais envolvem a descrição histórica da gestão integrada na região do Médio Espinhaço, a descrição dos principais atores envolvidos na história da construção da GIT na microrregião de Presidente Kubitschek, a descrição de que maneira tem ocorrido a participação dos atores envolvidos na GIT e por fim relacionar a participação dos atores e os processos dialógicos ocorridos no âmbito da GIT na microrregião de Presidente Kubitschek.

Ao que tange a abordagem do presente trabalho, de acordo com Kauark, Manhães e Medeiros (2010), a pesquisa qualitativa é aquela que considera a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, como um vínculo indissociável o qual não pode ser traduzido em números. “A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa” (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 26). Nesse tipo de abordagem há uma grande coleta de dados para que depois de analisados, propicie entendimento acerca do fenômeno estudado e sejam atribuídos significados de acordo com o referencial e os fatos constatados.

Para facilitar a execução do projeto na Serra do Espinhaço, os cinquenta e três municípios contemplados pelo programa foram subdivididos

em cinco núcleos de acordo com as regiões as quais fazem parte. Dessa maneira, foi possível ordenar as cidades nas chamadas Região Central (Núcleo Gouveia), Região Sudeste (Núcleo Caeté), Região Sul (Núcleo Ouro Preto), Região Centro-Sul (Núcleo Conceição do Mato Dentro) e Região Norte (Núcleo Diamantina). As atividades a serem realizadas nessas regiões seguem um cronograma definido pelo Instituto Espinhaço, de modo que nas regiões Central e Sudeste a previsão de implantação do Plantando o Futuro ocorresse no ano de 2016, enquanto nas demais para 2017.

Portanto, para a realização da presente pesquisa o enfoque se deu na Região Central visto que nessa localidade não haviam iniciado as proposições do Plantando o Futuro e/ou estabelecido quaisquer relações para além das prefeituras. Tal região é composta pelos municípios de Datas, Santo Hipólito, Manjolos, Serro, Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Materlândia, Sabinópolis, Alvorada de Minas, Presidente Kubitschek, Presidente Juscelino, Congonhas do Norte e Dom Joaquim.

No entanto, para fins metodológicos e viabilidade da pesquisa foi necessário estabelecer uma microrregião a qual pudessem ser acompanhadas *in loco* a execução e implantação das ações do Plantando o Futuro. Desse modo, buscou-se inicialmente estabelecer uma microrregião a qual tivesse proximidade geográfica e fácil mobilidade entre os indivíduos interessados pelo projeto. Entretanto, diante da finalidade principal do programa de recuperação ambiental, destacaram-se nesse sentido os municípios de Datas, Serro, Gouveia, Presidente Kubitschek, Presidente Juscelino e Congonhas do Norte em virtude do interesse do poder público local para com o projeto, além dos problemas ambientais vivenciados por esses municípios, principalmente relacionados à seca. Foram realizados dois encontros no município de Presidente Kubitschek em razão do suporte e receptividade do poder público local, além de ser um município de fácil acesso pelos demais. Em ambas as ocasiões estiverem presentes munícipes de Datas, Serro, Gouveia, Presidente Kubitschek, Presidente Juscelino e Congonhas do Norte.

Em virtude da abundância mineral mapeada na região e da localização no estado mineiro, alguns municípios da microrregião de Presidente Kubitschek fazem parte do Circuito dos Diamantes (Datas, Gouveia, Serro, Presidente Kubitschek) e da Rota da Estrada Real (Serro, Congonhas do Norte). Dessa maneira, ressalta-se o potencial turístico o qual a microrregião detém não só por fazerem parte desses circuitos, mas, sobretudo, por fazerem parte da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em Minas Gerais.

3.1. Coleta de Dados

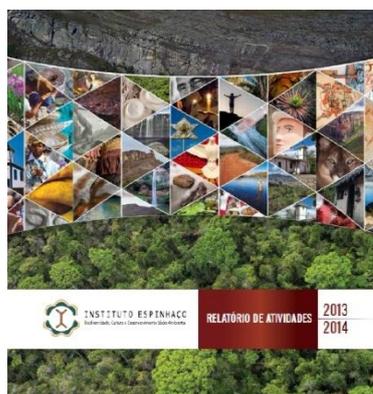
A coleta de dados se deu basicamente através de fontes primárias, contudo, foi utilizado um dos relatórios disponibilizados no endereço eletrônico do Instituto Espinhaço, referente às atividades desenvolvidas no período 2013-2014. Logo, as fontes primárias são provenientes das entrevistas realizadas com quatro pessoas individualmente, bem como a realização de grupos focais com atores diversos envolvidos na Gestão Integrada do Território na microrregião de Presidente Kubitschek, no estado de Minas Gerais. A fonte secundária, por sua vez, corresponde ao relatório utilizado a fim de entender melhor algumas ações do Instituto.

3.1.1. Documentos

De acordo com Gil (2002), são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato e/ou fenômeno. Desse modo, o presente trabalho, de caráter exploratório-descritivo, fundamentou-se, além das entrevistas, na análise um relatório disponibilizado pelo Instituto Espinhaço em seu endereço eletrônico.

Gil (2002) considera como documentos "de primeira mão", aqueles que não receberam nenhum tratamento analítico. No entanto, para a pesquisa, foi utilizado um documento do tipo “segunda mão”, ou seja, aquele que de alguma forma já foi analisado, como ocorreu com o relatório disponibilizado em meio eletrônico pelo Instituto Espinhaço. O documento foi utilizado após a realização de entrevistas e grupos focais, com vistas a compreender algumas ações e proposições de Gestão Integrada ocorridas em outro município e de que maneira se assemelharam com as práticas ocorridas na microrregião de Presidente Kubitschek.

Figura 03 – Relatório Utilizado



Fonte: Instituto Espinhaço, 2016.

3.1.2. Entrevistas Semi-Estruturadas

Inicialmente, a coleta de dados se deu por meio de entrevistas com alguns representantes no contexto da Gestão Integrada de Território. Trata-se a entrevista de uma técnica a qual o pesquisador formula perguntas e as direcionam ao entrevistado a fim de obter informações convenientes ao fenômeno o qual se propõe a estudar. No presente estudo, optou-se por “reduzir o caráter estruturado da entrevista e torná-la menos rígida [...]” (LAVILLE; DIONNE, 1999), adotando então uma entrevista semi-estruturada. Desse modo, trata-se de uma entrevista não-estruturada por um roteiro, então permite explicitar algumas questões durante a entrevista, e

reformulá-las para atender as considerações do entrevistado e esclarecer quaisquer dúvidas (LAVILLE; DIONNE, 2009).

Para a estruturação das entrevistas, optou-se por abordar perguntas relacionadas à história da microrregião de Presidente Kubitschek, a participação dos munícipes na gestão pública, aspectos relacionados à transparência, inclusão e tomada de decisão bem como outros apontamentos relevantes para entender as dinâmicas no território estudado. No presente estudo, em um primeiro momento, foram realizadas entrevistas com três representantes da Gestão Integrada do Território na região da Serra do Espinhaço, sendo estes membros do Instituto Espinhaço. Contudo, realizou-se também uma entrevista com um representante do estado de Minas Gerais (MG), atuante na Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG) como coordenador do Plantando o Futuro- Semeando Florestas, Colhendo Águas na Serra do Espinhaço. É importante ressaltar que o Instituto Espinhaço e CODEMIG são parceiros no Projeto Plantando o Futuro.

Quadro 3 – Caracterização dos Entrevistados

ENTREVISTAS			
Participantes	Escolaridade	Entidade	Município
1 - L. C. O.	Superior Completo	Instituto Espinhaço	Conceição do Mato Dentro
2 - F. X.	Superior Completo	Instituto Espinhaço	Conceição do Mato Dentro
3 - C. F.	Superior Completo	Instituto Espinhaço	Conceição do Mato Dentro
4 - C. M.	Superior Completo	CODEMIG	Belo Horizonte

Fonte: Do autor (2016).

O primeiro entrevistado foi o senhor L. C.O. , ambientalista, o segundo entrevistado foi o senhor F.X., engenheiro, e o terceiro o senhor C. F., administrador. Ambos foram escolhidos tendo em vista a relação pessoal

e profissional que possuem com a região do Espinhaço, as respectivas experiências em gestão e a relevância destes para compreender a proposta de Gestão Integrada do Território para o Espinhaço.

Por fim, o quarto entrevistado foi o senhor C.M., economista, representante da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e atual coordenador do Projeto Plantando o Futuro. O Sr. C. M. foi escolhido por ser um representante do estado de Minas Gerais, envolvido com a região da Serra do Espinhaço, além da sua importância à frente do Projeto Plantando o Futuro.

3.1.3. Grupo Focal

Todavia, com o intuito de entender melhor a dinâmica das relações entre os atores e a presença ou não de processos dialógicos, cruciais no contexto da gestão social a qual conhecemos, foi proposta a técnica do grupo focal. O procedimento técnico de entrevista em grupo trata-se do encontro e/ou entrevista de um grupo de pessoas com uma temática específica a ser debatida, ou seja, a intenção é fazer com que os participantes debatam e discutam entre si, moderados por um mediador cuja função principal é impedir que alguns participantes ou grupos parciais dominem a entrevista ou todo o grupo (FLICK, 2004). Dessa maneira, em cada grupo focal realizado havia a presença de um mediador a fim de impossibilitar o controle de uns sobre outros assim como evitar quaisquer conflitos e imposição de ideias.

Para o presente estudo optou-se pela proposição de um grupo heterogêneo, ou seja, cada grupo possuía membros de áreas e formações distintas, atuantes de diversas maneiras na gestão municipal, mesmo que indiretamente. A coleta de dados por meio do grupo focal se deu em duas ocasiões diferentes. Na primeira ocasião buscou-se conhecer a história da microrregião de Presidente Kubitschek, compreender as dinâmicas relacionais no âmbito do território, reconhecer as atividades produtivas, dentre outros aspectos. Na segunda ocasião foram basicamente trabalhadas

as potencialidades da região e estabelecido um grupo articulado de munícipes das seis cidades para atuarem como representantes dos interesses da população frente às proposições de GIT.

Isto posto, foram selecionados indivíduos que residem na microrregião de Presidente Kubitschek e àqueles envolvidos diretamente com a proposta de Gestão Integrada, sendo estes pelo menos sete participantes e no máximo dez, a fim de que a técnica do grupo focal acontecesse efetivamente para a coleta de dados. Na segunda ocasião os grupos selecionados não foram os mesmos da primeira, com vistas a fomentar ainda mais a discussão acerca dos assuntos abordados entre representações diferentes. Em ambos os encontros, os grupos focais aconteceram simultaneamente, mediados por L. A., P. H. S., I. G., J. de A. e G. O. a fim de se otimizar o tempo disponível para a coleta bem como trazer uma nova perspectiva para o fomento do debate. Em todos os grupos foram feitas as mesmas perguntas e dadas às mesmas orientações para que o método usado pudesse estar alinhado em todos eles.

Inicialmente buscou-se orientar as sessões utilizando-se de um roteiro o qual abordava os assuntos relevantes para esse trabalho, sendo estes a história da microrregião de Presidente Kubitschek, a participação dos munícipes na gestão pública, aspectos relacionados à transparência, a inclusão e tomada de decisão bem como outros apontamentos relevantes, tendo em vista o problema de pesquisa a ser respondido e os objetivos previamente definidos. Em relação à duração do grupo focal, estipulou-se que cada reunião para a coleta de dados fosse de trinta minutos no mínimo, até duas horas no máximo. Todas as falas dos participantes foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas com prévia autorização de todos os participantes.

No primeiro encontro, simultaneamente, foram realizados quatro grupos focais, mediados por outros pesquisadores, a fim de otimizar o máximo de tempo conquanto fosse possível.

Quadro 04 – Participantes do Grupo Focal / Encontro I

GRUPOS FOCALIS		ENCONTRO I	
Participantes	Escolaridade	Entidade	Município
1: J. O S.	1º Grau	Prefeitura Municipal	Presidente Kubitschek
G.	2º Grau	Prefeitura Municipal	Presidente Kubitschek
C. F. S.	7º ano	Câmara Municipal	Presidente Kubitschek
B.	Técnico Completo	Prefeitura Municipal	Presidente Kubitschek
S. C.	Técnico Completo	Prefeitura Municipal	Serro
C. F.	Superior Completo	Instituto Espinhaço	Conceição do Mato Dentro
E.	Ensino Fundamental I	Munícipe	Presidente Kubitschek
2: A.	Superior em curso	Munícipe	Presidente Kubitschek
F. X.	Superior Completo	Instituto Espinhaço	Conceição do Mato Dentro
A.	Não Identificado	Sindicato dos Agricultores	Datas
R.	Não Identificado	Prefeitura Municipal	Serro
J.	Não Identificado	Prefeitura Municipal	Presidente Kubitschek
M.	Não Identificado	Sindicato dos Agricultores	Presidente Kubitschek
3: E.	Ensino Fundamental I	Munícipe	Presidente Kubitschek
H.	Ensino Fundamental II	Munícipe	Presidente Kubitschek

O.	Ensino Fundamental I	Munícipe	Presidente Kubitschek
M. A.	Ensino Fundamental I	Munícipe	Presidente Kubitschek
S.	Não Identificado	Munícipe	Presidente Kubitschek
L.	Técnico em curso	Prefeitura Municipal	Presidente Kubitschek
4: S. R.	Não Identificado	Munícipe	Presidente Kubitschek
E.	Não Identificado	Munícipe	Presidente Kubitschek
L.	Não Identificado	Munícipe	Presidente Kubitschek
C.	Não Identificado	Munícipe	Serro
J. L.	Não Identificado	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Congonhas do Norte

Fonte: Do autor (2016).

No segundo encontro, simultaneamente, foram realizados três grupos focais, mediados por outros pesquisadores pelo mesmo motivo do encontro anterior. Todos os grupos corresponderam exatamente com os requisitos definidos previamente, tais como número de participantes, heterogeneidade dos grupos e o tempo de discussão.

Quadros 05 – Participantes dos Grupos Focais/ Encontro II

GRUPOS FOCALIS		ENCONTRO II	
Participantes	Escolaridade	Entidade	Município
5: J. L.	Não Identificado	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Congonhas do Norte
M. F.	Ensino Fundamental I	Munícipe	Presidente Kubitschek

M. A.	Ensino Fundamental I	Munícipe	Presidente Kubitschek
S.	Superior Completo	Prefeitura Municipal de Serro	Serro
M. G.	Ensino Fundamental I	Munícipe	Presidente Kubitschek
F.	Não Identificado	Munícipe	Presidente Kubitschek
J.	Não Identificado	Prefeitura Municipal	Gouveia
6: V. L.	Não Identificado	Prefeitura Municipal	Presidente Juscelino
J. S.	Superior Completo	Empresário local	Presidente Kubitschek
J. J.	Não Identificado	Munícipe	Presidente Kubitschek
A. F.	Superior Incompleto	Munícipe	Presidente Kubitschek
C. F. S.	Não Identificado	Munícipe	Presidente Kubitschek
E. A.	Ensino Fundamental I	Munícipe	Presidente Kubitschek
R. R.	Superior Completo	Agente Político	Presidente Kubitschek
7: H. J.	Técnico Completo	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Datas
S. P.	Não Identificado	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Presidente Kubitschek
R. R.	Superior Completo	Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenv. Sustentável	Serro
R. H.	Técnico Completo	Agente Político	Presidente Kubitschek
W.	Não Identificado	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Datas

Fonte: Do autor (2016).

Com vistas a facilitar o entendimento acerca dos participantes dos grupos focais e entrevistas, busca-se caracterizá-los conquanto for possível,

de acordo com a escolaridade, profissão, entidade a qual representa e a localidade a qual o indivíduo atua.

3.2. Análise de Dados

A análise de dados foi feita atentando-se ao problema de pesquisa proposto, sendo este: Como os processos dialógicos, pressupostos na Gestão Social, configuram-se na Gestão Integrada do Território que vem acontecendo na microrregião de Presidente Kubitschek, localizada na Serra do Espinhaço (MG). De acordo com Moraes (1999), a análise de conteúdo trata de uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de todo o tipo de documentos e textos. “Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (MORAES, 1999). Logo, todo o material coletado teve seu conteúdo analisado de maneira minuciosa a fim de compreender e interpretar as informações que estava explícitas e implícitas nas falas dos entrevistados e participantes dos grupos focais.

Em um primeiro momento, tendo em mãos as entrevistas e a gravação em áudio da discussão dos grupos focais, foram realizadas as transcrições de todo esse material. Todas as transcrições foram realizadas de maneira fidedigna às falas dos participantes. Posteriormente, foi realizada a leitura dos dados obtidos, estabelecendo-se uma relação entre todas as falas dos envolvidos para assim identificar convergências e divergências entre estas, e possíveis contradições. Feito isso, na terceira e última etapa, se deu a organização e o delineamento dos aspectos relevantes abordados pelos participantes dos grupos focais e demais entrevistados, relacionando com o referencial teórico abordado, a fim de responder prioritariamente o problema de pesquisa definido e em seguida atender os objetivos elencados em seções anteriores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Serra do Espinhaço

A Serra do Espinhaço, localizada a sudeste do Brasil, envolve uma extensa faixa linear que se inicia nas proximidades de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Geras, e adentra a zona cratônica no estado da Bahia até a área da Chapada Diamantina (CHAVES, 1997). Para além de sua geologia, a Serra compõe-se por um mosaico de biomas os quais corroboram diretamente com a biodiversidade e seu vasto potencial turístico, ainda pouco explorado. A Cordilheira, tão extensa, abrange algumas serras conhecidas, tais como a Serra do Cipó, Chapada Diamantina, Serra dos Cristais, Serra de Ouro Branco, Serra Geral, dentre outras.

Figura 04 – A Serra do Espinhaço



Fonte: Carvalho (2016).

Descoberta em relatos de naturalistas europeus datados em 300 anos aproximadamente, a Serra do Espinhaço conta com cachoeiras, rios, cânions, lagos e pequenos riachos distribuindo, dividindo e abastecendo mais de 50

milhões pessoas em todo o território brasileiro (IMAGINOSFERA, 2016). O entrevistado L. C. O. evidencia todo o potencial turístico da região e a relevância da Serra do ponto de vista hídrico para todas as cidades contempladas pela Cordilheira do Espinhaço. Oosterbeek (2014) afirma que “essa é a mesma água que percorre as veias da Serra do Espinhaço e articula, com sua flexibilidade, a biodiversidade da região”.

De acordo com os relatos [Grupo Focal 1,2,3 e 4] foi possível perceber exatamente esse envolvimento das comunidades locais com os recursos hídricos e o quanto parte faz parte do processo cultural esse recurso. A água no Espinhaço está diretamente ligada com as comunidades por meio do lazer, do turismo, atividades produtivas e principalmente as memórias afetivas que envolvem seus antepassados e a utilização da água [Grupo Focal 2]. A Serra, enquanto um grande reservatório de água ao longo de sua história proporcionou às cidades de seu entorno enorme abundância desta, contudo, atualmente boa parte dos municípios e comunidades tem sofrido com a seca na região [Grupo Focal 1, 2, 3 e 4].

De acordo com os participantes dos Grupos Focais 1,2, 3 e 4, foi possível identificar as principais atividades desenvolvidas na região, destacando-se: o extrativismo vegetal (madeira, eucalipto), extrativismo mineral com tecnologia reduzida como o garimpo (ouro, diamantes), e extração mineral por grandes empresas (diamantes, ouro, ferro, manganês, bauxita), agricultura familiar, pecuária, artesanato (Capim Dourado), produção de alimentos típicos (doces, biscoitos e principalmente o queijo de Serro).

A relevante geologia encontrada na Cadeia do Espinhaço possibilita a presença de um conjunto de feições geomorfológicas marcantes na paisagem. A Serra do Espinhaço é um grande divisor de biomas, como o Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga (GONTIJO, 2014). Conforme apontado por Stávale (2012), a Serra do Espinhaço é de extrema importância para o

País, sobretudo por abrigar espécies de fauna e flora endêmicas e por ser uma das maiores formações de campos rupestres do Brasil. Entretanto, Gontijo (2014) comenta que a Serra em grande parte de sua extensão ainda mantém-se desconhecida, levando-se em consideração as espécies endêmicas as quais compõem a beleza cênica do território.

Diante da riqueza natural a qual o Espinhaço possui, destacam-se a diversidade de flora e fauna, assim como os diversos mananciais espalhados por toda a Cordilheira, o que corrobora à criação de unidades de conservação que existem na região (GONTIJO, 2014). Além disso, a extensão da área é de aproximadamente três milhões de hectares e sua relevância biológica, geomorfológica e histórica são razões as quais medidas urgentes para a conservação de todo o complexo montanhoso (STÁVALE, 2012) devem ser tomadas e implementadas na região. Todos os fatores supracitados, atrelados à relevância deste território para o estado mineiro, justificam a recomendação de criação de uma Reserva da Biosfera que alcance toda a Cadeia Montanhosa do Espinhaço.

4.2. Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em Minas Gerais

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como ECO 92, e Agenda 21, documento resultado da Conferência, fomentaram a discussão ainda singela acerca de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016) além de propor a proteção de ambientes complexos e diversos. Em função, principalmente do movimento de transformação advindo com a ECO 92, no ano de 2003, estipulou-se como desafio elaborar uma proposta com vistas o reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a Serra do Espinhaço enquanto Reserva da Biosfera.

Dessa maneira, inicia-se no município de Conceição do Mato Dentro, com a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente no início dos anos 2000, uma proposta de desenvolvimento o qual se valorizava o patrimônio natural da região. Nesse sentido, percebeu-se o potencial natural o qual a Cordilheira possuía principalmente ao que tange os recursos hídricos, identificando a relevância da Serra do Espinhaço enquanto reservatório aquífero. De acordo com o entrevistado 1 [L. C. O.], nesse momento percebeu-se a questão da água na região como um pilar muito forte, o qual colaborava com as atividades produtivas, lazer, turismo e sobretudo, com a biodiversidade da Serra.

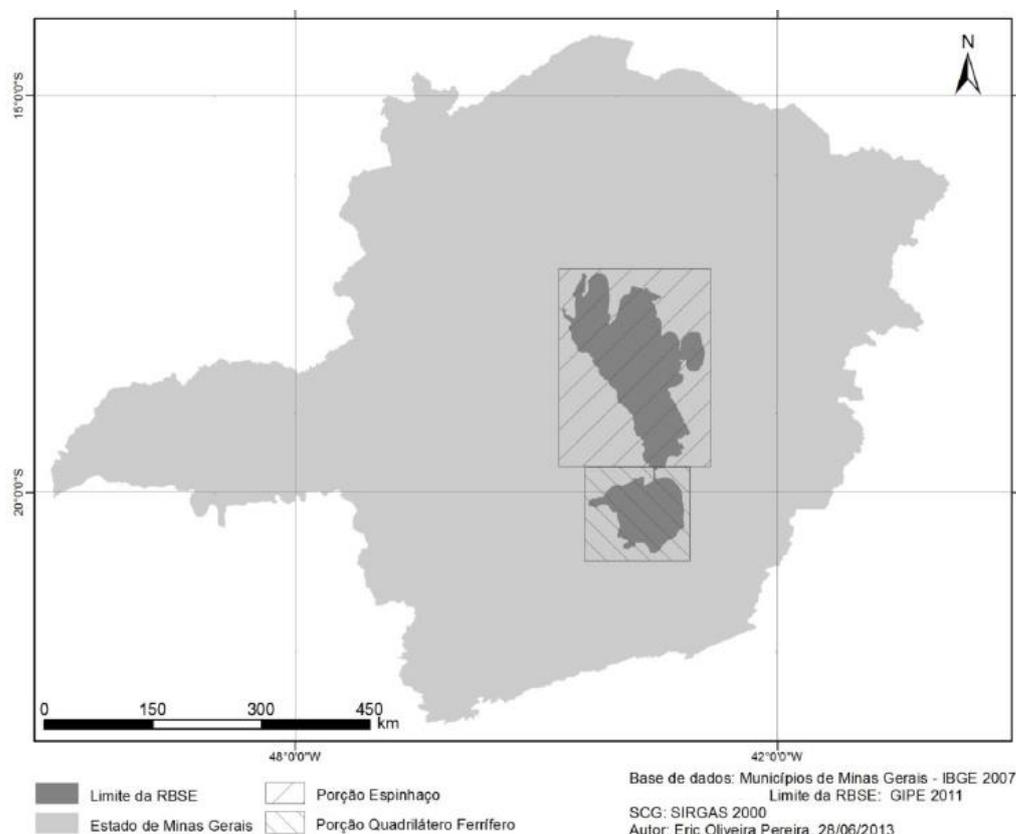
A Reserva da Biosfera é um instrumento de conservação que favorece a descoberta de soluções para problemas ambientais, que privilegia o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas assim protegidas. Tal instrumento tem por finalidade a Pesquisa Cooperativa, a Conservação do Patrimônio Natural e Cultural e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Criadas pela UNESCO em 1972, as Reservas da Biosfera têm sua sustentação no programa "O Homem e a Biosfera" (MAB) da UNESCO, desenvolvido com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e com agências internacionais de desenvolvimento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016). Os entrevistados atribuíram essa busca por valorização da biosfera ao sentimento de pertencimento àquela região o qual compartilhavam.

Por conseguinte, em 27 de junho de 2005, parte da Serra do Espinhaço foi reconhecida como Reserva da Biosfera, e criado o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Serra, em Minas Gerais, por meio do Decreto nº 44.281 de 25 de abril do ano de 2006. A Reserva foi criada adotando “como metas a proteção da biodiversidade aliada ao desenvolvimento sustentável e ao conhecimento científico” (AZEVEDO et al. 2009, p. 03). Seu reconhecimento se deu em função da Serra abrigar

espécies de fauna e flora endêmicas, além de ser uma das maiores formações de campos rupestres do Brasil (CARVALHO, 2016).

A Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE) está localizada em Minas Gerais, possui uma área de aproximadamente 30.700 km² e abrange 53 municípios do estado mineiro, os quais destaca-se: Barão de Cocais; Belo Horizonte; Belo Vale; Brumadinho; Caeté; Catas Altas; Conceição do Mato Dentro; Congonhas; Congonhas do Norte; Datas; Diamantina; Gouveia; Ibirité; Itabira; Itabirito; Mariana; Moeda; Monjolos; Morro do Pilar; Nova Lima; Nova União; Olhos D'água; Ouro Branco; Ouro Preto; Presidente Kubitschek; Sabará; Santa Bárbara; Santana do Riacho; Santo Antônio do Itambé; Sarzedo; Serro; Várzea da Palma (BIODIVERSITAS, 2016). Sua área de abrangência envolve o sul do estado pelas serras de Ouro Preto e Ouro Branco, alcançando também as serras do Caraça, Catas Altas e Barão de Cocais, na região de Santa Bárbara. Próximas à capital mineira estão às serras da Piedade, Moeda, Curral e Cipó. Ao norte, na região do Alto São Francisco, encontra-se a Serra do Cabral assim como Diamantina, Serro e Itambé, sendo esta última na região do Alto Jequitinhonha (CARVALHO, 2012).

Figura 05 – Mapa da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço



Fonte: Pereira; Gontijo; Abreu (2015).

Contudo, o entrevistado 3 [C.F.] ressalta que apesar da simbologia e significado, assim como o reconhecimento enquanto Reserva da Biosfera que a Serra do Espinhaço possui, parte da população que vive na região não a reconhece dessa maneira. Nesse sentido, o entrevistado comenta que muitas pessoas não sabem que a Serra foi reconhecida dessa forma, então se busca com o trabalho do Instituto Espinhaço divulgar a região sobretudo para as pessoas que habitam ali. C.F. ainda destaca o quão pode ser explorado esse reconhecimento de Reserva da Biosfera, principalmente pelas pessoas que produzem itens típicos da região. O título de Reserva pode

trazer benefícios não só para o meio ambiente, mas para as pessoas que compõem as localidades tão únicas que residem no em torno do Espinhaço.

4.3. História dos Municípios da microrregião de Presidente Kubitschek

Os relatos apontam que os primeiros povoados da região começaram a se formar com vistas ao potencial de extração mineral identificado na região pelos bandeirantes, em virtude da abundância de ouro e diamantes. Por volta de 1890 a meados de 1900, vários escravos fugidos e alforriados das grandes fazendas refugiaram-se na região do quilombo o qual hoje denomina-se como a Comunidade de André Quicé. Então, através do garimpo, foram surgindo novas possibilidades de sustento, acarretando na formação dos povoados. Além dos novos garimpeiros instalaram-se nessas localidades produtores rurais, os quais plantavam para sua subsistência, criavam gado como alternativa e não muito dificilmente envolviam-se com o garimpo a fim de aumentarem sua renda. Dessa maneira, o surgimento dos povoados foram fortemente marcados pelo extrativismo mineral, corroborando à degradação de boa parte dos recursos naturais, abundantes até então.

Nesse sentido, Herraiz e Silva (2015) destacam que o garimpo promove diversas perturbações ambientais, seja pela própria extração do minério, como pelo processo da exploração, provocando danos ecológicos, seja de maneira direta ou mesmo indiretamente. Esses danos decorrem principalmente daqueles minérios que são necessários recursos hídricos ou produtos químicos para sua transformação, como é o caso do mercúrio para a obtenção do ouro, agregando valor ao produto, mas ao mesmo tempo provocando sérios danos ao meio ambiente (AFONSO, 2007). No período de extração não havia quaisquer cuidados com o ambiente, tão pouco com a água, contribuindo com o quadro delicado atual na Serra do Espinhaço, sobretudo ao que tange os recursos hídricos [Grupo Focal 1].

O crescimento dos povoados foi acontecendo sem qualquer planejamento ou controle, logo, o ordenamento no território foi se dando de maneira intempestiva, sem quaisquer preocupações com os recursos naturais os quais o espaço dispunha. O desmatamento promovido pelos habitantes das vilas e as queimadas promovidas pela agricultura, naquele momento, não promoviam qualquer desequilíbrio em relação ao ambiente, por isso utilizavam desses meios sem nenhum parâmetro ou critério. Dessa maneira, o período do garimpo estendeu-se majoritariamente por longos anos até que na década de 1980 começam a surgir novos empreendimentos na região. Nos anos de 1980, surgem as carvoarias, que em conjunto com a extração mineral que já acontecia, promoveram impactos negativos ainda maiores na localidade, percebidos até hoje pelos habitantes da região.

A extração do carvão vegetal na região do Espinhaço foi motivada inclusive pelo crescimento da siderurgia no País. A crescente demanda por carvão vegetal, especialmente pela siderurgia, gerou enorme pressão sobre florestas nativas, provocando intenso desmatamento corroborando à emissão de gases de efeito estufa (UHLIG; GOLDEMBERG; COELHO, 2008). Durante a discussão [Grupo Focal 1], os empresários à frente das carvoarias difundiram entre os donos de terras e agricultores o potencial para exploração que estes possuíam em suas terras. Por conseguinte, diversos agricultores venderam suas terras ou passaram a explorar as potencialidades as quais tinham tomado conhecimento. Nesse período intensificou-se o desmatamento de tal maneira que praticamente 80% das matas nativas da região foram derrubadas [J.O.S.]. Segundo um dos participantes do grupo [B.] “[...] o carvão hoje praticamente acabou. A mata nativa também!”. Relacionado a esses apontamentos, os entrevistados consideram que com as carvoarias o desenvolvimento chegou até o território, ainda mais evidente com a chegada da luz elétrica na região em 1984. Durante as discussões, pode-se perceber que os atores associam a essa ideia de desenvolvimento a

perca de identidade dos moradores enquanto grupo e principalmente em relação ao território.

Com o crescimento das atividades produtivas na região, destaca-se que as cidades foram expandindo sem qualquer planejamento ou preocupação com o ordenamento da localidade. Nesse sentido, as pessoas e suas respectivas famílias foram ocupando áreas as quais deveriam ser preservadas e/ou ocupadas de acordo com suas especificidades e limitações. Destaca-se que nesse período de expansão dos municípios de Datas, Serro, Gouveia, Presidente Kubistchek, Presidente Juscelino e Congonhas do Norte não era dada atenção a essas questões, e menos ainda a uma legislação que as regulamentasse. Há cidades na região, como Congonhas do Norte, que ainda hoje não possui uma legislação que regulamente e ampare a questão do ordenamento territorial. Ressalta-se que no período da década de 1980 e 1990, ocorreu um intenso desmatamento além de intensificarem-se formas de exploração hídrica irregulares que causaram profundos impactos sobre meio ambiente da região.

De acordo com as falas dos munícipes [Grupo Focal 1, 2, 3 e 4], essa questão do desmatamento se deu motivada além das carvoarias, pela criação de gado e agricultura. Grandes áreas de mata foram transformadas em pastagem e principalmente em plantações de milho, pois conforme apontado pelos entrevistados, os moinhos de fubá eram bastante comuns na região [Grupo Focal 1]. Nesse sentido, ressalta-se os efeitos dessas atividades, executadas de maneira convencional, sobretudo em relação ao solo e aos recursos hídricos, sendo eles: desmate de matas ciliares (LIMA, 2015); aumento dos gases de efeito estufa (HERRAIZ; SILVA, 2015); camadas do solo compactadas pelo pisoteio dos animais (MIGUEL; VIEIRA; GREGO, 2009); menor infiltração de água no solo bem como maior escoamento superficial em virtude do aumento de declividade e pouca matéria vegetal (MIGUEL; VIEIRA; GREGO, 2009); redução do estoque de matéria orgânica e da estabilidade de agregados (COSTA et al., 2003; ARGENTON

et al., 2005 apud CUNHA et al., 2011), dentre outros. Atentando-se a esses aspectos, infere-se que as práticas executadas por povos antigos contribuíram principalmente para o quadro de seca vivenciado na região do Espinhaço nos últimos anos. Conforme um dos entrevistados [B.] destaca, “[...] a relação deles era em si próprios, utilizavam aquela água e não tinham aquele conceito de preservação”.

Por outro lado, as atividades produtivas desenvolvidas na região até os anos 2000 foram perdendo força [Grupo Focal 1]. Nesse período, houve expressiva queda do garimpo visto a finitude das jazidas exploradas por tantos anos, além da queda das carvoarias com o aumento da fiscalização da região e esgotamento também da vegetação. Tendo em vista esses apontamentos, destaca-se na região a retomada da pecuária, dessa vez em larga escala, bem como o aumento significativo das plantações de eucalipto e a instalação de dragas para extração de areia. As plantações e pecuária contribuíram com o desmate na região, pois grandes áreas foram destinadas à pastagem do gado, assim como para o plantio de eucalipto. Já as dragas instaladas contribuíram com o aprofundamento do leito do rio, poluição orgânica e química com o óleo diesel, assim como destruição da flora e fauna aquática. Em relação à pecuária, os pequenos criadores e agricultores presentes, comentaram que esta atividade ajuda a complementar a renda por proporcionar subprodutos como carne, leite, queijo e coalhada. Além disso, colocou-se que o queijo de Serro, produzido em municípios da região, trata-se de um patrimônio imaterial de Minas Gerais o qual depende obviamente da criação de gado para sua produção.

Em relação às plantações de eucalipto, nos dados obtidos foi possível identificar significativa oposição a essa atividade, basicamente por dois fatores: em primeiro lugar pela forma a qual os empresários da região iniciaram o plantio, cercando áreas rurais tradicionais como ocorreu nas comunidades de André Quicé e Comunidade de Raiz [Grupo Focal 3], em segundo pelo fato dos plantios estarem às margens de rios bem como no ao

redor de nascentes [Grupo Focal 4]. Sabe-se que quaisquer ações antrópicas podem gerar impactos positivos e negativos ao meio ambiente, entretanto, ao que tange o eucalipto e as questões hídricas, ressalta-se que nas lavouras arbóreas de eucalipto, as copas dos plantios retêm parte da chuva, impedindo que água chegue ao solo (por evaporação), além de necessitarem de muita água, em função do seu rápido crescimento (SANTOS; TREVISAN, 2009). Santos e Trevisan (2009, p. 304-305) ainda apontam que “essas árvores permanecem consumindo grande quantidade de água mesmo em períodos de seca, quando a vegetação campestre estaria com o consumo de água extremamente reduzido”, logo, a perda de água nessas plantações é muito maior que a perda de água pelo campo natural. Nesse sentido, foi possível identificar nos Grupos Focais 1, 3 e 4 municipais que atribuem à seca vivenciada na região às plantações, afirmando que “o eucalipto acabou com tudo” [M. A.].

A extração de areia, por sua vez, foi indicada como uma prática muito comum na região, que impacta principalmente a qualidade das águas e a fauna aquática. Dentre os impactos negativos listados por Lelles et al. (2005), destacam-se: aumento da turbidez no curso d’ água, em virtude do surgimento de fenômenos erosivos, decorrentes da exposição do solo às intempéries; contaminação do curso d’ água causada pelos resíduos químicos provenientes de maquinarias utilizadas nas diferentes operações; alteração da calha original dos cursos d’ água; eliminação de bancos de sedimentos presentes nos leitos dos rios; erradicação da cobertura vegetal nativa nas áreas destinadas à instalação das estruturas de extração de areia e da rede viária; impacto visual, associado sobretudo à descaracterização da paisagem natural; dentre outros. A Lei nº 6.567, de 24 de Setembro de 1978, dispõe sobre o regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais, contudo, é de incumbência da autoridade municipal exercer vigilância para assegurar que as práticas extrativistas ocorram mediante o título de licenciamento apresentado ao órgão local competente.

Em relação à extração de areia e o licenciamento da atividade, houve um consenso nos grupos focais, que as empresas instaladas na região, possuem a licença necessária, mas não promovem a recuperação ambiental devida.

Nas discussões dos grupos e nas entrevistas, foi possível identificar uma convergência em relação à utilização de água pelos municípios mais antigos, diferentemente do quadro o qual vivenciam nos últimos anos os municípios de Datas, Serro, Presidente Juscelino, Presidente Kubistchek e Congonhas do Norte. Potenciais naturais da Serra do Espinhaço como as nascentes, os lagos, córregos e rios, foram diminuindo seu volume e perdendo a diversidade a qual possuíam. Nesse sentido, os atores atribuíram uma série de fatores os quais contribuíram com a seca atual, sendo eles: as atividades produtivas, principalmente as relacionadas à mineração e pecuária; a derrubada de matas ciliares e florestas; a plantação de eucalipto; o ordenamento territorial sem qualquer planejamento e/ou controle, captação de água dos rios para o consumo nas cidades; contaminação da água potável com efluentes industriais e esgotamento sanitário; desperdício exacerbado; falta de chuva; e alterações climáticas.

Diante da retomada histórica realizada, ressalta-se a fala dos atores que trata a respeito da sobreposição dos interesses econômicos sobre os interesses coletivos, tornando-se prática comum na região. Estes salientam que ao longo da história, as ações de interesse particular incitaram não só os pequenos agricultores e fazendeiros da região à extração mineral e/ou vegetal, mas o próprio poder público influenciou-se, visto que as práticas adotadas corroboram à manutenção dos interesses de alguns e também com a degradação ambiental da região do Espinhaço. De acordo com Oosterbeeck (2014, p. 297), “esse contexto histórico induz, potencialmente uma menor coesão territorial, pois o extrativismo contrariamente à produção, não é um “cuidador da terra”!”

4.4. Gestão Integrada do Território

No ano de 2012 ocorreu no Rio de Janeiro, vinte anos após a Eco-92 a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, denominada como Rio +20. Tal Conferência aconteceu principalmente para que fossem discutidos aspectos ambientais, assim como o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. A discussão acerca das atividades nos territórios surgiu como proposição às questões levantadas na Eco-92 e, posteriormente, na Rio+20. De maneira gradativa foram sendo definidas estratégias com vistas a um equilíbrio entre a sociedade, o ambiente e a economia, objetivando a conservação das riquezas naturais situadas no âmbito dos territórios, denominada então de Gestão Integrada do Território (GIT).

A Gestão Integrada do Território surge como um novo modelo de gestão o qual se dispõe promover “a diversidade e a integração cultural ao equilíbrio da geração de riquezas, manutenção dos recursos naturais e qualidade de vida para a população partindo da identificação dos dilemas que cruzam a busca de soluções para o território e as comunidades” (MOTTA; NUNES, 2015, p. 183). A GIT trata-se de um conjunto de instrumentos de referência o qual permitem operar o reencontro entre os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais, que simultaneamente são transdisciplinares e holísticos (OOSTERBEEK, 2014).

O entrevistado 1 [L. C. O.], ressalta que a Serra do Espinhaço é um território tão diverso e rico naturalmente, que existem um leque de oportunidades os quais podem ser explorados, principalmente relacionado à beleza cênica que possui, assim como à preservação de memórias dos municípios. Conforme assinalado por ele, “o reconhecimento da reserva em si é um status importante”, mas “[...] o que muda é exatamente o trabalho com a proposta que possa ser desenvolvida junto com as pessoas”. Com o advento da globalização e das complexas relações do mundo atual já não é mais possível propor soluções para um dado território de maneira

desarticulada e individualizada. Na atualidade, é necessário agir de forma integrada com atores diversos bem como utilizar-se de todos os recursos disponíveis, sobretudo as pessoas para enfrentar com eficiência e efetividade os desafios presentes nos territórios.

Nesse contexto de mudanças, o município de Morro do Pilar, localizado no estado de Minas Gerais, iniciou em 2013 o Programa de Gestão Integrada do Território para o Desenvolvimento Sustentável, o qual “se apoia numa metodologia específica e, sobretudo, numa vontade de fazer diferente e de promover um território de bem-viver” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013-2014, 2015, p. 17). Morro do Pilar tornou-se então município pioneiro na Serra do Espinhaço e no Brasil, ao adotar o novo modelo de gestão baseado nos preceitos da sustentabilidade, o qual visa integrar e criar sinergia entre a biodiversidade local, a cultura e a memória de sua população (RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013-2014, 2015).

De acordo com o Relatório de Atividades (2015) disponibilizado pelo Instituto Espinhaço, com a GIT proposta no município buscou-se recuperar as potencialidades dos saberes populares de maneira atrelada aos saberes científicos, pois conforme destacado pelo entrevistado 1 [L. C. O], é importante construir pontes que possam unir o passado e o futuro, assim como o saber humano. A proposição de GIT almejava uma governança democrática com instrumentos de gestão eficientes e amplamente coletivizados, e ao mesmo tempo em sintonia com os princípios defendidos pela Rede de Cidades Sustentáveis, cujo compromisso foi assinado pela Prefeitura Municipal de Morro do Pilar, neste ano de 2013 (RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013-2014, 2015).

Diante das potencialidades de Morro do Pilar, principalmente àquelas relacionadas ao ecoturismo, torna-se crucial considerar uma relação articulada com municípios vizinhos, principalmente os localizados ao sul do Médio Espinhaço, “que potencialmente partilham de preocupações

convergentes e com as quais se podem obter importantes ganhos de escala em uma lógica de coesão territorial e de crescimento” (OOSTERBEEK, 2014, p. 296). Nesse contexto, surge a possibilidade de integração dos municípios através de uma iniciativa do governo mineiro, orientada principalmente para a recuperação e conservação do meio ambiente. Porém, conforme afirmação do entrevistado 3 [C.F.], pretende-se executar uma série de ações com vistas a valorização não só do meio ambiente, mas dos aspectos econômicos, sociais e culturais também.

A partir da proposta elaborada pelo governo do estado , viu-se a necessidade de plantar em Minas Gerais aproximadamente 30 milhões de árvores, até dezembro de 2018, para a recuperação efetiva de diversas áreas devastadas no território. Para o alcance de tal feito seria necessário estabelecer parcerias com diversas organizações e prefeituras no estado mineiro, logo, o convênio firmado com o Instituto Espinhaço surge dessa necessidade. De acordo com o entrevistado 1 [L. C. O.] a execução do projeto se dá a partir do envolvimento das pessoas e da compreensão da realidade a qual vivenciam, para que seja possível realizar o plantio em suas respectivas propriedades em função da conscientização promovida nos municípios. Nesse sentido, o entrevistado 3 [C. F.] infere que se o Projeto Plantando o Futuro limitasse apenas as especificações do Governo Estadual, dificilmente os resultados seriam tão exitosos sob a perspectiva da Gestão Integrada. Dessa forma, viu-se a necessidade de transformar o projeto, de modo que este pudesse se tornar em um plano das próprias comunidades [C.F.].

A participante J. [Grupo Focal 2] ainda ressalta que a capacitação e conscientização é de suma importância principalmente para os produtores rurais, uma vez que estes são peças-chave para a proposta de recuperação das áreas degradadas e conservação dos recursos hídricos. Em relação a esse aspecto, o participante A. [Grupo Focal 2] chama atenção para a vocação agrícola a qual os municípios da microrregião de Presidente Kubistchek

possuem. Desse modo, é crucial que os produtores rurais estejam envolvidos e engajados para que seu cultivo se de maneira cada vez mais equilibrada com o ambiente.

Para a implementação deste projeto, o entrevistado L.C.O. destaca que a participação das comunidades é de suma importância, inicialmente pela necessidade da disposição de áreas privadas destinadas ao plantio mas também pela orientação das comunidades quanto as demais ações a serem propostas para o território. Conforme afirmação do entrevistado 3 [C.F.], a partir do momento que as comunidades compreenderem que o projeto não é de uma determinada organização ou do governo do estado, mas de seu próprio território as pessoas vão cuidar desse projeto e trabalhar com mais afinco para obter resultados satisfatórios.

A GIT proposta para o Espinhaço não busca a valorização apenas dos aspectos ambientais, naturais da região. Valorizam, sobretudo, a conexão das pessoas com a região, enquanto terra em que nasceram além de reconhecer o saber local como complementar ao conhecimento científico. O entrevistado 1 [L. C. O.], por sua vez, complementa dizendo que busca-se fazer um encontro dos saberes, de modo que seja produtivo e benéfico para a sociedade. Ao que tange esse aspecto, ressalta-se que os planos territoriais devem ter como base a compreensão da interação do homem com o meio ambiente e o Território o qual faz parte, mas principalmente a sua interligação histórica, ou seja, a ligação entre a cultura e o ambiente, compreendendo as alterações ocorridas por influência das comunidades (ANASTÁCIO, 2016). O entrevistado 2 [C. F.] comenta que o que se pretende é despertar nas pessoas, a partir da GIT, o sentimento de pertencimento em relação ao território, mas com um intuito de preservação, de acompanhamento e desenvolvimento com um enfoque além do capitalista.

Anastácio (2016) afirma que a Gestão Integrada do Território parte do conhecimento do território e dos seus componentes ambientais, econômicos e sociais, no entanto introduz o componente cultura como o núcleo dos recursos restantes, associando-lhes dinâmica permanente. Conforme apontado pelo entrevistado 1 [L. C. O.], o reconhecimento como Reserva da Biosfera pode cooperar nesse sentido, resgatando os aspectos culturais e ambientais na medida em que os habitantes da Serra buscarem essa conexão com o território. Por essa razão, a GIT pretende rever o chamado tripé da sustentabilidade, visto que compreende o elo estabelecido pela cultura entre a sociedade, a economia e ambiente, sendo esta o núcleo o qual os interpreta e gere (OOSTERBEEK, 2012).

Ao que cerne o desenvolvimento sustentável, Oosterbeek (2012), considera a contradição como o principal motor deste, tendo em vista a busca por novas plataformas de governança, capazes de reconhecer a expressão de múltiplos e distintos interesses, bem como o necessário exercício de prospectiva, no sentido de afinar as estratégias de governança com novos dados e resultados recolhidos. Em relação a esse aspecto, o entrevistado 2 [F. X.] afirma que para a proposta de GIT ser efetiva, é necessário trabalhar em prol das pessoas para que elas possam dar continuidade ao trabalho que foi desenvolvido na região. A estratégia da Gestão Integrada parte da concepção abrangente do território, e privilegia nele uma intervenção pró-ativa, a qual reconhece as limitações de soluções institucionais rígidas e as dinâmicas da realidade instáveis e mutantes, carecendo de processos de monitoramento permanentes (ANASTÁCIO, 2016).

O entrevistado 2 [F. X.] aponta que a proposta de gestão a qual está sendo implementada no Espinhaço busca valorizar a cultura local e promover o desenvolvimento social. Além disso, ele ainda acrescenta que proporcionando aos habitantes melhores condições de vida, por consequência, contribuirão não só com estes, mas com o território como um

todo. Isso ocorre, pois “gerir o território é gerir pessoas, e cada um de nós só é pessoa se for consciente da sua identidade” (PORTUGAL; MARQUES, 2007, p. 34). Sabe-se que as culturas locais principalmente em localidades de pequeno porte são grandes oportunidades de receitas para o município, além de consolidarem pequenos grupos tais como agricultores familiares e/ou artesãos. O entrevistado 1 [L. C. O.] afirma que busca-se conduzir uma proposta de desenvolvimento na região, a qual propõe-se uma perspectiva de continuidade para as próximas gerações, além da formulação de modelos que possam ser replicados com vistas ao equilíbrio entre sociedade, economia e meio ambiente.

Um dos entrevistados [L. C. O.] destaca que a Gestão do Território é resultado do que as pessoas pensam, ou seja, as ações das pessoas em relação ao território é produto de seus saberes, concepções e da própria mentalidade em relação ao espaço o qual ocupa. Ele ainda acrescenta que a cooperação entre os indivíduos está inclusive em sua inação em relação ao território. Contudo, no contexto o qual foi narrado pelos munícipes percebe-se a necessidade de novas práticas capazes de valorizar e recuperar não só as riquezas naturais do Espinhaço, mas reaver memórias que com o passar dos anos estão se perdendo e os saberes locais que compõe e a Serra do Espinhaço e a tornam tão enriquecedora em todos os sentidos.

4.4.1. Principais atores na Gestão Integrada do Território

O principal ator à frente da Gestão Integrada do Território na região da Serra do Espinhaço trata-se do Instituto de mesmo nome. O Instituto Espinhaço é uma organização sem fins lucrativos a qual atua na convergência com as estratégias propostas pela UNESCO para o desenvolvimento dos territórios inseridos em uma reserva da biosfera, que tem por finalidade o apoio e a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando os aspectos ambientais, culturais e socioeconômicos

(INSTITUTO ESPINHAÇO, 2016). De acordo com o entrevistado 1 [L. C. O.], a ação do Instituto, antes mesmo de sua formalização, envolvia o tripé biodiversidade, cultura e desenvolvimento socioambiental baseado na prerrogativa de que era preciso encontrar novos modelos e construir alternativas para essa região.

L. C. O. comenta que a organização teve suas origens nas articulações realizadas, desde o ano de 2003, para o reconhecimento da Serra do Espinhaço como uma Reserva da Biosfera, em junho de 2005. Contudo, o Instituto Espinhaço foi de fato criado, em 2009, com o propósito de trabalhar de forma ativa e permanente, através de um trabalho em rede, o qual conectasse as pessoas e o território o qual faz parte (INSTITUTO ESPINHAÇO, 2015). O grande foco do Instituto, conforme fala dos entrevistados 1 [LCO] e 3 [CF], envolve a formação de uma rede a qual por meio da cooperação dos diversos atores envolvidos, possam promover o desenvolvimento local através de boas relações principalmente entre as populações e o meio ambiente. Para tal, busca-se firmar parcerias as quais possibilitem a integração entre ações de âmbito global às de nível local, através de projetos pioneiros que estejam coesos aos objetivos das plataformas internacionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável, de baixo carbono e resilientes às mudanças climáticas.

De acordo com os entrevistados 1 [LCO], 2 [FX] e 3 [CF], busca-se com essa rede, vincular o conhecimento acadêmico disseminado nas universidades com o saber popular, advindo com a prática. Para eles, entende-se que ambos saberes são complementares à medida que com a prática aplica-se a teoria obtida no meio acadêmico. Além das universidades, os relatos apontam para a rede de parcerias estabelecidas entre o Instituto e demais organizações, principalmente as que atuam em âmbito local. São elas: prefeituras, organizações não governamentais, associações, cooperativas, sindicatos, dentre outros.

Os entrevistados 1 [LCO], 2 [FX] e 3 [CF] ressaltam ainda que o trabalho em rede, a conexão com pessoas e lugares, assim como o propósito de integração de ações, constituem o diferencial emblemático da entidade. Os relatos dos entrevistados, [L.C.O., F. X. e C. F.] concordam que o projeto Plantando o Futuro - Semeando Florestas, Colhendo Águas na Serra do Espinhaço nesse sentido é uma ferramenta capaz de proporcionar maior qualidade de vida às pessoas, assim como ao território o qual fazem parte e a sociedade como um todo.

4.5. A Participação na Gestão Integrada do Território

A Gestão Integrada do Território (GIT) trata-se de um novo modelo administrativo cujo enfoque está no território. Dessa forma, entende-se o território como o espaço físico o qual ocorre a gestão integrada, no entanto esse tipo de gestão pode ser implementada em ambientes diversos, como em organizações, por exemplo (MOTTA; NUNES, 2015). Nessa nova perspectiva, o território assume sua totalidade e por isso, é crucial analisar todos os elementos que o compõem e o caracterizam para compreender de que forma será implementada esse modelo administrativo. O pilar economia é a estrutura a qual se articulam os agentes humanos, recursos, transporte, comunicação e outras técnicas no âmbito dos territórios em crescimento. A sociedade, por sua vez, é a estrutura de organização da economia e o ambiente é o contexto que engloba tudo. Por fim, as culturas, as quais determinam a forma como cada comunidade articula sua logística socioeconômica (OOSTERBEEK, 2012, p. 38).

As pessoas, por sua vez, carregam consigo aspectos culturais, os quais se manifestam através das atitudes, hábitos, costumes e, sobretudo, pela forma a qual se expressam. Dessa maneira, pode-se compreender que a identidade cultural é parte da consciência de um povo e por isso cada grupo manifesta-se de acordo com as crenças, ritos e costumes o qual comungam. A Gestão Integrada ao reconhecer e valorizar a cultura como um elemento relevante, deve envolver as pessoas em suas ações de modo que cada uma

possa agregar novas opiniões, perspectivas e elementos, sendo estes resultados da cultura a qual compartilham. O entrevistado 1 [L. C. O.] compreende “cultura como sentido e manifestação daquilo que nós somos na nossa maior capacidade”. O entrevistado 3 [C. F.], por sua vez, afirma que cada pessoa possui um olhar acerca da região que vive e atribui um valor muito próprio a sua história, por isso as ações propostas pela GIT devem estar alinhadas as suas necessidades para que possam contribuir sobretudo com o projeto de vida de cada indivíduo.

De acordo com um dos entrevistados [F. X.], é notória a diferença entre as cidades e as especificidades destas, por isso busca-se por meio das ações de GIT no Espinhaço minimizar tais discrepâncias e implementá-las para que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas. Para que isso ocorra, o entrevistado 3 [C.F.] reforça que o envolvimento das pessoas é decisivo para efetividade das ações, pois sem a participação da comunidade, não é possível produzir nada e conseqüentemente obter resultados satisfatórios. Pode-se inferir que a participação das comunidades na GIT é crucial, pois em função da história destas e das culturas locais, suas peculiaridades determinam necessidades muito específicas, por isso devem ser atendidas de maneira personalizada e condizente com a realidade a qual vivenciam.

Diante de todas as demandas, limitações, possibilidades e oportunidades disponíveis em um dado território, é notório que já não é mais possível resolvê-las de maneira isolada, de forma desarticulada, sem o envolvimento e integração de atores diversos. No âmbito da GIT, a participação dos diferentes atores é necessária, não apenas por questões democráticas, mas também em função da nova forma de gerenciamento dos recursos e do meio ambiente, a qual se pressupõe que as pessoas envolvidas no processo decisório sentir-se-ão mais comprometidas, aumentando-se as chances de se cumprir as ações determinadas (MACHADO, 2006).

Durante a entrevista, F. X. apontou que a aceitação das comunidades quanto as proposições do Instituto Espinhaço têm sido bastante efetivas em virtude da abordagem utilizada bem como a maneira a qual as reuniões têm sido conduzidas. Ele salienta que a abordagem adequada é determinante para que as pessoas sintam-se motivadas a participar dos encontros e demais ações da GIT, diferenciando das proposições realizadas por outras organizações em determinados municípios. O entrevistado [F. X.] comenta que em muitas comunidades é possível perceber a descrença das pessoas na política e em determinados projetos, por isso o Instituto busca apresentá-los de maneira clara e objetiva a fim de obter o máximo de interesse e envolvimento das pessoas.

O principal projeto sendo implementado na Serra do Espinhaço, sob a lógica da Gestão Integrada do Território, conforme definido pelo entrevistado 4 [C. M.], trata-se de uma ação global para o estado de Minas Gerais que pudesse intervir no meio ambiente, resultando à longo prazo em melhorias para nossa sobrevivência e para gerações futuras. Conforme exposto anteriormente, o Projeto Plantando Futuro surge a partir de uma demanda do Governo do Estado, cuja recuperação de áreas degradadas por meio do plantio de árvores e revitalização de nascentes é o seu principal enfoque.

No contexto da Serra do Espinhaço, os entrevistados [L.C.O.; F. X.; C. F.] defendem a importância de se conscientizar os indivíduos acerca das questões ambientais, de modo que findado o projeto estes possam ser os maiores impactados com as benesses geradas pelo plantio e demais ações desenvolvidas. Destaca-se que a iniciativa do governo está focalizada primordialmente no meio ambiente, no entanto, busca-se aprimorá-lo de modo que os aspectos culturais, econômicos e sociais também sejam contemplados.

Através dos relatos é possível identificar a participação do **poder público local, das comunidades, universidades assim como das**

associações e organizações da sociedade civil para implementar as propostas do Projeto [L.C.O.; F. X.; C. F.; C. M.]. Nesse sentido, Shiki e Shiki (2014) ressaltam que a gestão negociada e a identificação de um denominador comum só são possíveis através interação com a sociedade como um todo. O envolvimento desses atores a fim de se implementar a Gestão Integrada do Território, possibilita ações de cunho multidisciplinar as quais podem responder de maneira muito mais efetiva as demandas e necessidades das comunidades. Além disso, a gestão que atua sob uma perspectiva integrada e multidisciplinar possui muito mais chances de se obter o êxito e de fato alcançar àqueles que se direcionam as políticas, bem como obter resultados que vão além do esperado.

Em relação à participação do poder público local, ou seja, das prefeituras e câmaras em sua maioria, o entrevistado 3 [C. F.] destaca o papel dos órgãos enquanto líderes dos municípios, por isso a importância de se estabelecer com estes uma parceria bem alinhada a proposta de GIT. F. X. destaca a crise financeira e política a qual os municípios vem enfrentando nos últimos anos, e por isso a dificuldade das prefeituras em arcar com propostas inovadoras como o programa. Pelo fato das prefeituras não se envolverem financeiramente com a proposta, há maior aceitação desta com as atividades a serem executadas principalmente por reconhecerem os benefícios que poderão gerar as comunidades [F. X.; C. F.]. Ao apoiar a proposta de Gestão Integrada na Serra do Espinhaço, as prefeituras percebem a possibilidade de impactar o território o qual governam de maneira positiva e utilizando de ferramentas que claramente irão gerar frutos [L. C. O.].

Nos encontros realizados no município de Presidente Kubistchek para apresentação do Projeto Plantando o Futuro e coleta de dados do presente trabalho, foi observada a presença de apenas dois representantes do poder público, sendo um deles prefeito e outro vereador. No grupo focal 3, um dos participantes [S.] destacou o envolvimento deste mesmo prefeito em reuniões de interesse do município e todos concordaram que ele é participativo e interessado em ações que possam gerar benesses a localidade.

Nesse sentido, é possível compreender o quão importante é o envolvimento e participação do poder público com a proposta de Gestão Integrada tendo em vista o seu papel de líder em grande parte das comunidades e porta voz de ações tais como a que vem sendo desenvolvida no Médio Espinhaço.

Foi possível perceber que a participação do poder público local ocorre de maneira colaborativa, ou seja, as prefeituras em sua maioria contribuem com as ações de GIT disponibilizando espaços públicos e servidores municipais para colaborarem conquanto for possível e responsabilizando-se também pela divulgação dos convites para encontros. Ressalta-se que o envolvimento do poder público sem quaisquer contrapartida financeira facilita o apoio deste com a organização dos eventos, divulgação e demais propostas apresentadas.

Ao que tange a participação das comunidades, esta foi percebida de maneira diferente nos dois encontros, conforme exposição seguinte. Destaca-se que as proposições expostas dizem respeito à microrregião de Presidente Kubitschek, mais especificamente nos municípios de Datas, Serro, Gouveia, Presidente Kubitschek, Presidente Juscelino e Congonhas do Norte. Nos dois encontros houve a presença de munícipes de cada uma dessas cidades. É importante frisar a grande aceitação por parte da sociedade em relação às ações e atividades a serem desenvolvidas na Serra do Espinhaço através do Projeto Plantando o Futuro, principalmente na localidade compreendida pelos municípios supracitados. De acordo com falas e relatos dos munícipes, foi possível identificar alguns fatores facilitadores a execução das atividades, sendo eles: abordagem adequada [Grupo Focal 2; F. X.]; a proposição de recuperação de áreas degradadas, assim como das nascentes [Grupo Focal 1, 2]; envolvimento principalmente das universidades [Grupo Focal 2]; por fim, a valorização das comunidades e de seu saber local [L. C. O.; Grupo Focal 1, 2].

No primeiro encontro, enquanto havia a exposição acerca do Projeto as pessoas que estavam presentes puderam esclarecer suas dúvidas e compreender melhor a proposta de intervenção na região do Espinhaço

principalmente por meio do plantio de árvores. Já nos grupos focais, as discussões foram diversas e envolveram temas distintos, tais como: contexto histórico; recursos hídricos; aspectos políticos; atividades produtivas na região; projeto Plantando o Futuro, dentre outros. Em cada grupo foi escolhido um representante local o qual pudesse falar a respeito da discussão e suas reflexões acerca do projeto. Nesse primeiro momento a participação se deu por meio do direito a fala, sugestões, apontamentos relevantes bem como o compromisso de convidar e envolver demais pessoas, organizações e órgãos públicos.

No segundo encontro, foi possível notar que as pessoas estavam mais contidas em relação ao projeto, em função também da incerteza política a qual vivenciavam no momento em virtude da transição política que ocorreria no ano seguinte, em 2017. Contudo, nos grupos focais utilizou-se de um material o qual propiciou a discussão e permitiu que os envolvidos fizessem proposições acerca das possibilidades no contexto da Serra do Espinhaço. Conforme comentário do entrevistado F. X., a região do Espinhaço trata-se de um território de grande biodiversidade e beleza cênica, logo apresenta “um universo de dilemas, mas também um universo de oportunidades”.

A participação das universidades no Programa proposto para a Serra do Espinhaço se dá por meio de parcerias com o Instituto do Espinhaço, cujo foco está em unir o saber acadêmico com as práticas e saberes locais [L. C. O. ; C. F. ; F. X.]. O entrevistado C. F., nesse sentido, destaca que um dos maiores parceiros para viabilizar a execução do Plantando o Futuro são as Universidades, “principalmente por tornar o trabalho mais social, mais humano, mais próximo daqueles que estão aptos para transformar o futuro”. O entrevistado ainda ressalta que a conexão entre o meio acadêmico e prática, contribui de maneira mais efetiva com o Instituto, com o território bem como para a individualidade de cada ser humano envolvido.

A Universidade Federal de Lavras, por sua vez, estabeleceu uma parceria com o Instituto Espinhaço, a qual visa ampliar a análise para todo o

território da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, utilizando de pesquisa e extensão nos campos: sociocultural, identidade, etnicidade, espaço-vivido, sustentabilidade, relações socioambientais, relações de poder, entre outras, além de realizar investigações sobre pluralidade social e integração com o território, interlegalidade e relações de poder, processos e práticas sociais, o significado e relação com a natureza e as percepções e experiências subjetivas, conflitos/consensos, entre outras. O entrevistado 2 [F. X.] resume esse aspecto comentando que cabe à UFLA o papel de realizar um diagnóstico completo e multidisciplinar acerca do território em questão, de modo a coletar informações, demandas e especificidades que possam contribuir com a efetividade das ações e conseqüentemente com a proposta do projeto.

O Instituto Espinhaço prima pela cooperação [L.C.O.] inclusive com as associações, sindicatos e organizações da sociedade civil, pois de acordo com o entrevistado 3 [C.F.], o trabalho do Instituto está sempre focado às organizações locais devido a sua representatividade mediante um determinado grupo. C. F. ainda destaca o trabalho exercido pelo Instituto com as associações de artesãos devido à relevância destas nas comunidades e a sua legitimidade para tomar quaisquer decisões. Na Gestão Integrada à cooperação entre entes diversos funciona como um grande aprendizado, visto que não existem lados opostos, apenas lados que divergem entre si [L. C. O.]. O olhar multifacetado acerca de determinados fatos, ações ou fenômenos apenas tendem a corroborar com novas alternativas e novos modelos [L.C.O.].

4.6. Processos Dialógicos na Gestão Integrada da Microrregião de Presidente Kubitschek

A Gestão Integrada do Território trata-se de uma gestão a qual se dispõe a promover “a diversidade e a integração cultural ao equilíbrio da geração de riquezas, manutenção dos recursos naturais e qualidade de vida

para a população partindo da identificação dos dilemas que cruzam a busca de soluções para o território e as comunidades” (MOTTA; NUNES, 2015, p. 183). No entanto, os territórios são marcados por relações sociais, seja de poder ou dominação, logo, isto implica na cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas (SAQUET, SPÓSITO 2009). Para o entrevistado 1 [L. C. O.], o território é o reflexo da mentalidade de uma dada sociedade, ou seja, para ele as dinâmicas territoriais acontecem como uma extensão do pensamento das pessoas que vivem nesse espaço.

As propostas da GIT impactam diretamente os indivíduos, pois são estes que compõem e estabelecem dinâmicas relacionais no território o qual se destinam as ações. Desse modo, é crucial que os atores harmonizem entre si seus planos de ação e suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a ser negociado a respeito de uma dada situação e possíveis consequências (HABERMAS, 1989). Todavia, entende-se que “o acordo não pode ser imposto à outra parte [...]. Este assenta-se sempre em convicções comuns” (HABERMAS, 1989, p. 165). Além disso, através do diálogo é possível ampliar as possibilidades de entendimento, logo, este passa a ser claramente compreendido pelos atores envolvidos. O entendimento entre os envolvidos busca um bem comum, sendo esta uma consequência do interesse bem compreendido (CANÇADO; SAUSEN; VILLELA, 2013).

O território enquanto protagonista da gestão integrada precisa ser compreendido por diversas perspectivas, de modo que as soluções propostas possam ser de fato efetivas e alinhadas à realidade das comunidades. O entrevistado C. F. ressalta o quão importante é o envolvimento e a participação da comunidade, pois através da troca entre os atores os resultados tendem a ser mais efetivos e exitosos. Nesse sentido, o entrevistado 3 [C. F.] percebe como grande oportunidade o envolvimento da comunidade, visto que nessa troca de experiências e saberes existe um leque

de possibilidades tanto para as proposições da Gestão Integrada bem como para a própria localidade.

No município de Morro do Pilar (MG), por exemplo, a Gestão Integrada iniciou-se a partir de uma determinação da prefeitura, seguida de ações concretas a fim de se começar a estruturar a matriz territorial (OOSTERBEEK, 2014). No entanto, conforme comentado anteriormente, a GIT proposta para os 53 municípios da Serra do Espinhaço e mais especificamente para a microrregião de Presidente Kubitschek, se dá orientada pelo escopo definido no Projeto Plantando o Futuro, fruto da parceria entre o Instituto Espinhaço e Governo do Estado. Desse modo, é possível inferir que as prefeituras receberam do Instituto basicamente os delineamentos do Projeto, no entanto, as ações a serem construídas com as comunidades estão orientadas pelos princípios da Gestão Integrada que vão além dos aspectos ambientais.

Em virtude da parceria entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Instituto Espinhaço, foram definidos objetivos e etapas a serem contemplados por meio das ações [F. X.], as quais privilegiam primordialmente o viés ambiental. Na entrevista 2 [F. X.] foi possível perceber que existem fases do Projeto Plantando o Futuro as quais devem ser contempladas pelo Instituto, contudo, a forma como isso ocorre nas cidades segue as proposições da própria organização baseada nos diagnósticos dos comitês de bacias, Universidades, associações e organizações da sociedade civil, prefeituras, e de outros entes competentes [F.X. – Grupo Focal 2].

O entrevistado F. X. esclareceu que a implantação dos viveiros de mudas se dá em áreas pertencentes ao Governo do Estado e que nesse momento há o delineamento de toda a estrutura física necessária para a execução das atividades relacionadas a esses viveiros. A partir da implantação acontece a estruturação de mão de obra a qual trabalhará nas atividades relacionadas, contemplando inclusive a contratação e capacitação dessas pessoas. Dessa maneira, no momento o qual ocorreu o primeiro encontro não havia ocorrido nenhum contato com as comunidades a respeito

do Plantando o Futuro e conseqüentemente com a proposta de GIT. Entretanto, já existiam levantamentos e estudos ainda prematuros junto ao Instituto Espinhaço, referente às áreas desses municípios que poderiam ser utilizadas para o plantio das mudas [F. X. – Grupo Focal 2].

No 1º Encontro com os munícipes da microrregião Presidente Kubitscheck houve uma apresentação do Projeto Plantando Futuro e os objetivos almejados implantando-o na região. A partir dessa explanação por C. M., coordenador do projeto, e L. O., diretor do Instituto Espinhaço, foi possível perceber grande aceitação por parte das comunidades, principalmente através dos relatos nos grupos focais realizados posteriormente [Grupo Focal 1, 2, 3 e 4]. Nessa apresentação houve uma explanação acerca das ações iniciais do projeto, de modo que os presentes pudessem compreender o meio ambiente como elo principal entre as demais áreas as quais a GIT propõe-se a integrar e o papel dessas pessoas no território o qual fazem parte.

Para Oosterbeek (2014), a Gestão Integrada inicialmente estabelece um quadro de referência, mas o projeto de atuação que alimenta o diagnóstico é construído por meio de um processo concreto com a comunidade. Oosterbeek (2014) ainda acrescenta que em função da necessidade de uma abordagem integradora na gestão territorial, o diagnóstico é feito após o estabelecimento do plano de ação. Neste primeiro contato com as comunidades através dos grupos focais foi possível fazer um “apanhado” geral, e compreender como se dá as dinâmicas relacionais no território a partir de uma trajetória histórica narrada nos grupos [Grupo Focal 1, 2, 3 e 4] de modo que possibilitasse o delineamento de um plano de ação mais adequado à realidade dessas pessoas.

Nesse sentido, destaca-se que a Universidade Federal de Lavras se propôs a realizar o diagnóstico da região a fim de auxiliar o Instituto Espinhaço e o poder público desses municípios a estabelecer proposições mais específicas, de acordo com o contexto histórico, as características, demandas, potencialidades e necessidades dos municípios da microrregião

de Presidente Kubitschek. Na fase inicial do diagnóstico, importantes aspectos da região foram levantados, tais como: a forte seca na região e seus impactos nas atividades produtivas assim como na qualidade de vida dos indivíduos [Grupo Focal 1, 2, 3 e 4]; relevância do artesanato e agricultura familiar para as comunidades locais [Grupo Focal 2 e 3]; impactos ambientais ocasionados por atividades produtivas desde o período de formação dos municípios [Grupo Focal 1, 2, 3 e 4]; desvalorização da cultura local ao longo dos anos [Grupo Focal 1 e 2]; aceitação e engajamento quanto a recuperação de áreas degradadas e revitalização das nascentes por parte dos municípios [Grupo Focal 1, 2, 3 e 4].

Isto posto, foi possível ter uma visão mais geral e abrangente acerca dos desafios vividos na microrregião, bem como o leque de oportunidades os quais possui. A partir das observações nos grupos focais foi possível identificar os anseios dos municípios quanto ao Projeto Plantando o Futuro e as expectativas destes em relação à recuperação do ambiente e a resolução da problemática da seca. Dessa maneira, o plano de atuação a ser executado na região envolve conhecer tais aspectos, pois a proposição de melhorar a vida das pessoas conforme comentado pelos entrevistados F. X. e L. C. O., só será possível a partir do diálogo entre os indivíduos que vivenciam uma dada realidade e os atores de GIT.

No entanto, para o 2º Encontro a proposição das atividades objetivaram a construção de uma agenda comum dos municípios da microrregião de Presidente Kubitschek por meio da Gestão Integrada do Território, na região da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço em conexão com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A construção desta agenda foi orientada por quatro aspectos principais, sendo estes: as potencialidades do nosso território; oportunidades estratégicas produtivas; necessidades de gestão ambiental e sustentabilidade; e por fim, nossas ações de governança do território. Estes construtos foram dispostos a partir dos conceitos do modelo GIT e dos encaminhamentos do primeiro encontro,

estes foram subdivididos em 13 temáticas correspondentes a cada um dos aspectos.

Ao que tange as potencialidades do território foi possível inferir que em relação aos saberes, conhecimentos e formações, apesar dos produtos que são únicos do território, ainda existe uma falta de identidade territorial das comunidades e falta de investimento nesses produtos que dificulta a coesão das pessoas enquanto grupo e/ou território. Em relação às memórias, documentos e registros, os participantes comentaram que não há uma preocupação com a conservação dessas memórias e registros, o que corrobora à falta de identidade territorial comentada anteriormente. Nesse sentido, foram elencadas algumas possibilidades que possam conservar esses registros como forma de preservar as memórias e histórias do território e das comunidades através de centros culturais, casas de memórias, resgate da história do território através de relatos, registros, documentos, dentre outras possibilidades.

Ainda em relação às potencialidades do território, ao que cerne o diálogo e debates entre os diversos atores que compõem o território, bem como sua articulação em redes, foi possível notar que as comunidades não são incentivadas a participar, logo não existe diálogo entre eles. Além disso, as associações foram identificadas como pouco relevantes nas comunidades, sendo que estas não atuam em sintonia com os interesses dos associados e demais munícipes. O que foi identificado como ação principal para a mudança desse cenário foi o fortalecimento das associações e alinhamento dos interesses destas com os interesses dos grupos os quais representam. Em relação às potencialidades do território em si, os atores destacaram como relevantes o incentivo para produção de itens diversos, maior escoamento dos produtos, plantio de árvores nativas, capacitação das pessoas envolvidas com atividades turísticas e gastronômicas, maior divulgação das potencialidades locais, bem como uma associação que congregue as diversas atividades presentes em um território tão rico como da microrregião de Presidente Kubitschek.

Em relação às atividades estratégicas produtivas, os atores destacaram que as atividades turísticas, produtivas e industriais devem contar com maior incentivo pelos órgãos competentes, principalmente os ligados à agricultura, produtos e instituições locais. Além disso, apontaram para a necessidade em estabelecer parcerias que corroborem com o crescimento da região, assim como expansão e escoamento principalmente de seus produtos agrícolas. Quanto às atividades educacionais e culturais do território foi reforçada a questão do resgate histórico e cultural dos municípios de modo que a população esteja diretamente envolvida e contribuindo de acordo com suas possibilidades. A valorização dos aspectos culturais e das festas típicas da região também esteve presente nesse tópico.

No tópico ações organizacionais, e planejamentos de projetos, foi apontado que no âmbito das prefeituras ainda existe planejamento de determinadas ações, contudo, nas organizações locais não existe quaisquer preparação e elaboração de etapas para execução das ações. Os municípios ressaltaram como medidas importantes para mudar esse quadro na microrregião de Presidente Kubistchek, o estabelecimento de parcerias que promovam maior articulação entre os atores, valorização da troca de experiências e/ou informações entre as prefeituras, formas de incitar a população a participar ativamente, melhor organização interna das associações, formalização e acompanhamento de metas, e ações de escoamento de produção. Como outras oportunidades estratégicas foram apontadas como possibilidades o desenvolvimento de novas formas de agricultura e maior mobilização das associações a fim de valorizar as ações e produtos locais.

No que diz respeito às necessidades de gestão ambiental e sustentabilidade, os municípios comentaram que atualmente é crescente o engajamento das pessoas quanto os aspectos ambientais, no entanto, faltam ações do poder público e comunidades que visem à preservação ambiental principalmente em seus territórios. Foram elencadas algumas medidas importantes que potencialmente podem contribuir com a gestão do meio

ambiente, sendo elas: Feiras de exposições das atividades produtivas da região; formação de equipes capacitadas para lidar com reciclagem e meio ambiente; fortalecimento e mobilização dos atores locais; por fim, conscientização dos jovens e comunidades sobre preservação dos recursos naturais.

Em relação à preservação das fontes hídricas, destacaram que um dos principais problemas trata-se do desperdício exacerbado de água e ausência de um plano de recuperação das diversas nascentes que a região possui. Todavia, apontaram que o esclarecimento às comunidades a respeito da preservação dos bens naturais, maior fiscalização do CODEMA, parceria com a Polícia Florestal e a conscientização da população são pontos chave para a preservação dos recursos hídricos do território. Como outros aspectos, os municípios reforçaram a necessidade de “fechar” cabeceiras de nascentes, e ressaltaram ainda a necessidade de haver uma brigada anti incêndio na localidade, assim a formação de parcerias com vistas o reflorestamento.

Ao que cerne as ações de governança do território, em relação ao modelo institucional e o formato institucional, os atores comentaram que falta organização e ações coletivas das principais representações do território (prefeituras, associações, sindicatos, etc.). As proposições dos municípios quanto esses aspectos apontaram a necessidade de maior envolvimento e participação de toda a comunidade e poder público, formação de conselhos e encontros regionais voltados para a discussão, organização interna bem como o alinhamento dos interesses dos atores envolvidos.

Por fim, para melhor compreensão acerca do território, no 2º encontro foi realizada uma dinâmica a qual em cada grupo focal foram elencados os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Figura 06) para conectar as ações locais e globais de acordo com seu nível de importância. Nesse momento foi possível perceber que a saúde e bem-estar, educação de qualidade, água potável e saneamento foram os objetivos de maior peso nos

grupos tendo em vista a inter-relação entre esses objetivos e a sua relevância no território o qual os atores compartilham suas experiências.

Figura 06 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas no Brasil (2017)

Ao explicitar os objetivos de maior relevância, os atores presentes contribuíram inclusive com o planejamento das ações de GIT mais alinhadas a esses aspectos. Nesse sentido, pode-se inferir que em ambos os encontros houve um incentivo a participação e envolvimento das pessoas com o Projeto Plantando o Futuro, assim como a mobilização quanto à importância da recuperação de áreas degradadas e recuperação de nascentes. Ao longo das reuniões buscou-se incentivá-los a tornarem públicas as suas opiniões a fim de se compreender as especificidades das localidades, assim como as demandas, necessidades, potencialidades e oportunidades. Em todos os grupos focais e nas sessões abertas ao público buscou-se compreender as dinâmicas territoriais através das falas e relatos dos envolvidos com vistas inclusive ao plano de atuação a ser elaborado e ao diagnóstico a ser realizado não só pela Universidade Federal de Lavras como pelo Instituto Espinhaço.

Na perspectiva da gestão social, para Cançado, Sausen e Villela (2013), o processo decisório é baseado na solidariedade, isto é, na responsabilidade recíproca dos envolvidos, logo é possível entender que a **tomada de decisão compartilhada** é baseada primordialmente no bem comum. Em relação à Gestão Integrada do Território na microrregião em questão, pode-se afirmar que a busca pelo “entendimento” e “consenso” limitou-se apenas a data do próximo encontro, ao comprometimento dos municípios presentes em mobilizar atores importantes no contexto local, e ao grupo formado para viabilizar as ações de GIT, o qual conta com indivíduos dos municípios de Datas, Serro, Gouveia, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek e Congonhas do Norte. Conforme comentado anteriormente, as ações ao que tange o Plantando o Futuro e a sua implementação seguem um escopo previamente definido, sem quaisquer participação e/ou envolvimento da população da região. No entanto, a proposta de GIT que abrange os aspectos culturais, econômicos, sociais e ambientais teve seu início a partir dos dois encontros, uma vez que foi possível compreender um pouco as dinâmicas e especificidades do território com vistas a um plano de atuação e diagnóstico adequado.

A ação comunicativa de Habermas prevê inclusive a **transparência** ou coletivização das informações, tendo em vista que esta é

[...]condição necessária para as outras características, pois, se o processo decisório passa pelo entendimento, pela utilização da linguagem e comunicação entre as pessoas as informações devem estar disponíveis a todos, o segredo e a assimetria de informações também são estranhos a este processo (CANÇADO, 2011, p.99).

Em relação a esse aspecto, o entrevistado 3 [C. F.] afirma que existe um cuidado em relação a transparência e visibilidade das ações desenvolvidas pelo Instituto Espinhaço, todavia mediante consulta ao endereço eletrônico foi possível encontrar facilmente um relatório de atividades as quais foram executadas em anos anteriores. No endereço eletrônico existem dois relatórios, referentes ao período de julho de 2011 a dezembro de 2012, e ano de 2013 a 2014 cujo conteúdo trazia as principais

ações realizadas pelo Instituto Espinhaço, principalmente ao que tange a Gestão Integrada. Nesses relatórios continham todas as atividades realizadas na Serra do Espinhaço, bem como fotos dos envolvidos em cada uma dessas ações. Observou-se também que a linguagem é clara e inteligível a quem se interesse pelas informações disponibilizadas.

Além dos relatórios, o Instituto Espinhaço também se utiliza de livros para alcançar os interessados não só ao território, mas a própria Gestão Integrada. As redes sociais da organização também divulgam os encontros, atividades e registram com fotos os trabalhos desenvolvidos. O entrevistado 1 [L. C. O.] ressalta que os livros são editados com vistas a circulação de informações acerca da Serra, da gestão e da organização, assim como as informações disponibilizadas no meio eletrônico para tornar público principalmente aos cidadãos que não participaram ou não conhecem as atividades.

A premissa da **inclusão**, está na capacidade dos atores em estarem inseridos nos espaços decisórios públicos e de representarem os interesses coletivos (TENÓRIO et al., 2008). Dessa maneira, foi possível perceber tal construto na ideia da cooperação defendida pelos entrevistados 1, 2 e 3 [L. C. O.; F. X.; C. F.], pois além do pluralismo, a GIT busca o envolvimento de grupos sociais diversos com vistas ao alcance dos objetivos previamente delineados assim como a participação de minorias. A divulgação dos convites em organizações diversificadas bem como por meio virtual corroborou inclusive à presença de representações de organizações variadas.

Entretanto, nos encontros, os indivíduos presentes eram majoritariamente produtores rurais, artesãos e servidores públicos, desse modo é possível afirmar que embora estes grupos sejam importantes no contexto da microrregião, o envolvimento de outros grupos sociais minoritários também são extremamente relevantes para a implementação da GIT no território. Destaca-se a importância de se envolver nas discussões estudantes, moradores das comunidades quilombolas, “donas-de-casa”, empresários locais, dentre outros. Neste contexto, ressalta-se que através da

coletivização de informações e engajamento dos grupos presentes é possível tornar público a uma diversidade maior de atores às propostas a serem implementadas e com isso dar a eles a possibilidade de atuar mais ativamente.

Por fim, em relação ao **pluralismo**, foi observado o envolvimento de atores diversos no encontro realizado para a coleta de dados. Conforme caracterizados na seção Procedimentos Metodológicos, nos dois encontros envolveram-se nas discussões pessoas e representações distintas, no entanto, conforme comentado anteriormente, é válido o envolvimento de outros grupos que fazem parte deste território. Nesse sentido, os participantes [O., J.L., S. E., J.] chamaram atenção para a ausência de grupos relevantes no contexto da microrregião tais como funcionários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e empresários da região. É válido ressaltar que em todos os grupos focais realizados primou-se pela heterogeneidade dos participantes, com vistas obter perspectivas diversas acerca dos temas discutidos. O entrevistado L. C. O., através de suas falas e relatos, frisou que o Instituto está disposto a estabelecer parcerias com aquelas pessoas e/ou indivíduos que estejam disposto a cooperar com o meio ambiente, comunidades e seu território, em virtude da relevância da interlocução entre grupos diversos.

Embora o envolvimento e participação dos atores não fossem voltados à tomada de decisão a respeito do Plantando o Futuro em si ou às proposições de GIT, destaca-se a relevância das discussões e aceitação dos indivíduos presentes quanto ao programa, além do envolvimento destes com as ações sugeridas pela Universidade e Instituto. Foi possível perceber o consenso em ambos os encontros, favoráveis principalmente ao plantio de árvores e revitalização das nascentes presentes nos municípios de Datas, Serro, Congonhas do Norte, Presidente Kubitscheck, Presidente Juscelino e Gouveia. É importante considerar que embora os atores sejam bastante heterogêneos, “são válidas as normas de ação às quais todos os possíveis atingidos poderiam dar o seu assentimento, na qualidade de participantes de

discursos racionais” (HABERMAS 2003, p. 142). De modo a facilitar a compreensão acerca das premissas dos processos dialógicos, adaptou-se o Quadro 04, a fim de se visualizar os aspectos centrais elencados no contexto estudado.

Quadro 04 – Premissas dos Processos Dialógicos e suas respectivas análises

Conceito	Análise	Aspectos Encontrados	Aspectos Não Encontrados
Tomada de Decisão Compartilhada	- Não houve tomada de decisão acerca das ações do projeto Plantando o Futuro e/ou GIT.	- Busca por entendimento; - Dialogicidade;	-Descentralização do poder decisório.
Transparência	- Há transparência a respeito das ações de GIT desenvolvidas pelo Instituto Espinhaço.	- Clareza das informações; - Confiabilidade dos dados.	
Inclusão	- Havia grupos de minorias presentes nos encontros mas poucos em relação aos grupos relevantes na microrregião.	-Democratização dos espaços de decisão; - Valorização cidadã; - Reconhecimento da participação.	-Fomento ao envolvimento de minorias.
Pluralismo	- Havia grupos sociais diversos em ambos os encontros.	- Valorização da diversidade; - Democratização dos espaços de decisão; - Fomento a participação e engajamento dos indivíduos.	

Fonte: Do autor (2016).

Com o presente trabalho foi possível compreender a relação da Gestão Social com a Gestão Integrada do Território, a partir dos construtos de ambas, sendo eles: tomada de decisão coletiva (GS), dialogicidade (GS), transparência (GS) e emancipação (GS); capital humano (GIT),

transparência (GIT), parceria (GIT) e interlocução (GIT). Os aspectos comuns dialogicidade/interlocução foram os principais norteadores da GIT na microrregião. Pode-se inferir isto, pois as proposições futuras da gestão integrada seriam propostas a partir da discussão entre os munícipes e exposição de seus diversos pontos de vista acerca de seus aspectos assim como do diagnóstico geral realizado pela Universidade e Instituto. A tomada de decisão compartilhada presente na GS e nos processos dialógicos já discutidos, não ocorreu diretamente relacionada à GIT e/ou Plantando o Futuro, no entanto trata-se de um apontamento que pode ser analisado no momento de implementação efetiva da gestão integrada.

A transparência, também presente em ambas as gestões, foi fortemente percebida no contexto estudado tendo em vista os diversos meios de divulgação utilizados assim como a facilidade de acesso e linguagem compreensível a quem tenha interesse. O aspecto da emancipação foi comentado nos encontros [L. C. O.; C. F.], contudo nessa fase inicial da proposta de GIT não foi percebida com tanta ênfase, supõe-se que isso aconteceu por ser um plano ainda em construção na microrregião. Em relação às parcerias ressaltadas pela GIT pode-se perceber a parceria como um ponto chave para a proposta de integração na microrregião de Presidente Kubitschek. Além disso, relaciona-se com a GS tendo em vista que esta pode-se envolver com as possibilidades de cooperação e conflito entre os *loci* os quais for adotada (ALCANTARA, 2015, p. 297).

Para a gestão do território na região foram estabelecidas parcerias com diversas organizações a fim de alcançar os objetivos e a efetividade da proposta. No contexto estudado as principais parcerias já estabelecidas são com as prefeituras dos 06 municípios e Universidades relevantes no país e exterior. Por fim, o construto capital humano e social, o qual foca-se no reforço de qualificações e competências (Oosterbeek, 2014) não foi notado e nem comentado nas entrevistas, acredita-se que seja pelo fato da GIT na microrregião ser recente e não consolidada no cenário brasileiro. Esse é um importante aspecto a ser observado em trabalhos futuros.

Portanto, com o presente trabalho foi possível apontar e reconhecer aspectos importantes tanto da Gestão Integrada do Território quanto da Gestão Social e a sua relação a partir dos processos dialógicos e do território. Contudo, pelo fato da GIT estar em fase inicial na microrregião os espaços de participação e o envolvimento com as comunidades aconteceu principalmente com a intenção de se obter um diagnóstico geral para a proposição e ações alinhadas com a realidade desses municípios. Dessa maneira, para compreender a Gestão Integrada proposta para a microrregião é crucial acompanhar suas atividades futuras assim como a sua implementação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o tema foi escolhido a partir da necessidade de se compreender tipos de gerenciamentos diferentes, cuja discussão ainda são recentes no meio acadêmico, mas relevantes no contexto o qual estão inseridos. A discussão acerca da Gestão Social acontece no Brasil por meio dos espaços de interlocuções interdisciplinares no seio da sociedade, tanto em ambientes micros, na esfera local e dos indivíduos, como no ambiente macro, envolvendo toda a sociedade e a União. A Gestão Integrada do Território, por sua vez, surge no cenário brasileiro como uma alternativa ao desenvolvimento sustentável com vistas a uma atuação mais abrangente e que envolva a sociedade através também de seus aspectos culturais.

De acordo com os resultados obtidos, pode-se concluir que a Serra do Espinhaço trata-se de uma região que possui ampla riqueza natural, marcada pelo histórico de atividades produtivas extrativistas em seu território. Com o passar dos anos, a região além do esgotamento de seus recursos naturais devido à relação desequilibrada com o meio ambiente e atividades produtivas, majoritariamente extrativistas, o cenário da microrregião é delicado principalmente em virtude da seca enfrentada. Especialmente em razão desse cenário, a proposta de implantação do Projeto Plantando Futuro - Semeando Florestas, Colhendo Águas na Serra do Espinhaço foi tão bem recebida pelo poder público local e municipais.

A GIT busca desenvolver práticas na região que possam envolver a sociedade em ações que busquem a preservação de memórias, incentivo ao ecoturismo além da recuperação e conservação do meio ambiente. Logo, diante das potencialidades, oportunidades, demandas e necessidades conclui-se que é válido buscar alternativas que ressaltam os aspectos positivos da região de modo a promover desenvolvimento local. Os principais atores de GIT na região são em ordem de relevância: o Instituto Espinhaço que está diretamente envolvido com organizações internacionais, Governo do Estado de Minas Gerais, Universidades e com poder público local dos municípios para implantação do programa. Além disso, incentivam a participação de

grupos, associações, e demais representações da sociedade nos encontros e demais ações propostas.

A fim de responder o problema de pesquisa, os processos dialógicos – norteadores da Gestão Social- são observados nesse contexto a partir dos construtos: tomada de decisão compartilhada, transparência, inclusão e pluralismo. A respeito de tais construtos conclui-se que durante a coleta de dados não haviam sido tomadas decisões referentes à Gestão Integrada em si, junto à população. As decisões limitaram-se a data do próximo encontro, ao comprometimento dos munícipes presentes em mobilizar atores importantes no contexto local, e ao grupo formado para viabilizar as ações da proposta. Em relação à transparência, foi possível encontrar dados e informações acerca das atividades em uma linguagem acessível, por meio de *folders*, *sites*, redes sociais e livros. Os conteúdos bordados são principalmente relacionados à Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, Gestão Integrada do Território e o Projeto Plantando o Futuro. A inclusão foi percebida em razão da presença nos encontros de indivíduos diversos, que puderam participar efetivamente nas discussões realizadas. Além desse construto, destaca-se a heterogeneidade dos grupos presentes nos encontros, contatados pelo “boca-boca” e redes sociais.

Mediante a discussão do presente trabalho pode-se afirmar que a GIT proposta para o Espinhaço trata-se de uma iniciativa que só têm a contribuir para com a localidade e as pessoas “pertencentes” a esse território. Ressalta-se que por tratar-se de um modelo de gestão ainda recente no país, ajustes devem ser feitos inclusive ao que tange os construtos: capital humano, transparência, parceria e interlocução. Foi possível perceber a presença desses aspectos nas ações iniciais, no entanto em relação ao capital humano e a interlocução principalmente, a gestão tem muito que caminhar. Além desses aspectos, o presente trabalho concluiu que os processos dialógicos da microrregião de Presidente Kubistchek tiveram seus construtos percebidos de formas diferentes no contexto estudado. Contudo, a

transparência e o pluralismo são premissas que comuns a GS e a GIT que aparecem com maior relevância no contexto estudado.

As limitações do trabalho foram referentes apenas a dificuldade de deslocamento do grupo para os encontros. Nos municípios estudados foi possível acompanhar apenas as primeiras atividades realizadas nessas localidades, desta maneira sugere-se para estudos futuros abordar de forma mais aprofundada todo o programa de conservação ambiental proposta para a Serra do Espinhaço. Em virtude da pouca discussão acadêmica no Brasil acerca da Gestão Integrada do Território, uma pesquisa mais detalhada sobre esta só têm a contribuir com academia. Ressalta-se a alta aceitação e interesse dos presentes nos encontros em fazer parte da proposição de recuperação e revitalização dos recursos naturais corroborando assim com o desenvolvimento da proposição na microrregião.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. da S. **Direito Ambiental Constitucional**. 6 ed. São Paulo: Malhadeiros Editores, 2007.

ALCÂNTARA, V. C. de. **Mundo-da-vida e sistema: o lócus da gestão social sob a abordagem habermasiana**. 2015. 421 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015. Disponível em: < <http://repositorio.ufla.br/handle/1/9748> >. Acesso em: 01 jun. 2016.

ANASTÁCIO, R. R. C. F. **Da gestão do patrimônio cultural à gestão do território com recurso a tecnologias de informação geográfica: contributos metodológicos: caso de estudo – Região do Médio Tejo**. 2016. 320 p. Tese (Doutorado em Quaternário Materiais e Culturas) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Doro. Vila Real, 2016. Disponível em:<<https://repositorio.utad.pt/handle/10348/5900>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

AZEVEDO, A. A. et al. (Orgs.) **Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral. Processo de criação e implantação**. Diamantina: Instituto Biotropicos, 2009. 55 p. Disponível em:<<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/planejamento-espinhaco.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BASTOS, C. V. R. de A.; OLIVEIRA, S. V. de. Ação Comunicativa e Ação Dialógica: Contribuições para uma educação libertadora. **Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, n. 7, p. 119-134, jul./dez. 2006. Disponível em: < http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/viewFile/4051/pdf_169 > . Acesso em: 10 fev. 2017.

BIODIVERSITAS. **Reserva da Biosfera**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.serradoespinhaco.com.br/serra-do-espinhaco>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/569?Itemid=670>>. Acesso em 01 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 6567, de 24 de setembro de 1978. **Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências**. Brasília, 26 set. 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6567.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

CABRAL, E. H. de S. A gestão social do terceiro setor e suas dualidades. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 21-34, 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/2196> >. Acesso em: 01 jun. 2016.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos Teóricos da Gestão Social**. 2011. 246p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011. Disponível em: <<http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/12/Airton-Can%C3%A7ado-Fundamentos-Te%C3%B3ricos-da-Gest%C3%A3o-Social-TeseAdmUFLA2011.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPÉ. BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681–703, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v9n3/a02v9n3>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CANÇADO, A. C.; VILLELA, L. E.; SAUSEN, J. O. Gestão Social e Gestão Estratégia: Reflexões sobre as diferenças e aproximações de conceitos. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 69-84, 2016. Acesso em: <<https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/1179/pdf> >. Acesso em: 17 dez. 2016.

CARVALHO, J. C. Apresentação. In: CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL (Org.). **Megadiversidade**. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2008, v. 4, n. 1-2, dez. 2008. Disponível em: <http://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Documents/megadiversidade_espinhaco.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2016.

CHAVES, M. L. de S. C. **Geologia e Mineralogia do Diamante da Serra do Espinhaço em Minas Gerais**. 1997. 289 p. Tese (Doutorado em Mineralogia e Petrologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/44/44135/tde-18112015-110030/en.php>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

CUNHA, E. de Q. et al. Sistemas de preparo do solo e culturas de cobertura na produção orgânica de feijão e milho. I. Atributos Físicos do solo. **Revista Brasileira Ciência do Solo**, Viçosa, v. 35, n.2, p. 603-612, 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbcs/v35n2/v35n2a28>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

COLOMBO, C. R. Construções Sustentáveis: Desafios e Potencialidades. In: PIMENTA, H. C. D.(Org.)**Sustentabilidade Empresarial: Práticas em cadeias produtivas**. Natal: IFRN, 2010. cap. 3, p. 73-89. Disponível em:<<http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-em-pdf/sustentabilidade-empresarial-praticas-em-cadeias-produtivas>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL (Org.). **Megadiversidade**. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2008, v. 4, n. 1-2, dez. 2008. Disponível em: <http://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Documents/megadiversidade_espinhaco.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2016.

DOWBOR, L. Tendências da gestão social. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.8, n.1, p. 3-16, jan./fev. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/02.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-836, maio/jun.

2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/11.pdf> >. Acesso em: 01 jun. 2016.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, A. M.; SPÓSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215. Disponível em: < <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento dos territórios. **Revista de Psicologia, Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 113-120, jan./abr. 2012. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a10.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

FILHO, G. C. de F. Definindo Gestão Social. In: I Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), 1, 2007, Juazeiro do Norte. **Anais eletrônicos...** Juazeiro do Norte: 2007. p. 1-8. Disponível em: < <http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/quemsomos/extensao/gestao-da-responsabilidade-social-empresarial-e-desenvolvimento/bibliografia-basica/01%20Genauto.pdf/download>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

FLICK, U. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de; FERREIRA, M. A. A. Gestão Social como projeto político e prática discursiva. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 278-292, 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n2/1679-3951-cebape-14-02-00278.pdf>> . Acesso em: 09 dez. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GONTIJO, B. M. Uma geografia para a Cadeia do Espinhaço. In: CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL (Org.). **Megadiversidade**. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2008, v. 4, n. 1-2, dez. 2008. Disponível em: <http://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Documents/megadiversidade_espinhaco.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2016.

GUERRA, J.; TEODÓSIO, A. dos S. de S. Dialogismo e Reflexividade: Uma análise da contribuição dos Centros e Programas de Estudos de Gestão Social no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 17, p. 45-62, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/42204/pdf_73>. Acesso em: 18 set. 2016.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1989. 236p. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/consciencia-moral-e-agir-comunicativo.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2003. 352 p. Disponível em: <<https://portalconservador.com/livros/Jurgen-Habermas-Direito-e-democracia-v.I.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: _____; SALM, J. F. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 2.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. cap. 1, p. 23-40. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/10/docs/do_sonho_do_progresso_as_politicas_de_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

HERRAIZ, A. D.; SILVA, M. de N. S. da. Diagnóstico Socioambiental do Extrativismo Mineral Familiar (Garimpo) na Calha do Rio Madeira em Humaitá, Amazonas. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 16, n. 2, p. 202-226, 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3892/3209>>. Acesso em 15 dez. 2016.

IMAGINOSFERA. **A Serra do Espinhaço**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em:<<http://www.biodiversitas.org.br/rbse/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 3. ed. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN>. Acesso em: 13 jan. 2017.

INSTITUTO ESPINHAÇO. **Relatório de Atividades 2013/2014**. Conceição do Mato Dentro, 2015. Disponível em:<https://issuu.com/peroni/docs/relato_rio_de_atividade_ie_2013_20_ed5ef448152732>. Acesso em: 10 jan. 2017.

INSTITUTO ESPINHAÇO (Org.). **Morro do Pilar: Cultura, Memória, Sustentabilidade e a Antecipação do Futuro**. 1 ed. Morro do Pilar: Instituto Espinhaço, 2014. 432 p.

JACOBI, P.R. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.7, n. 3, p.443-454, 2002. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n3/13024.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia de Pesquisa: Um guia prático**. Itabuna: Ed. Via Litterarum, 2010. 88p. Disponível em:<<http://www.pgcl.uenf.br/2016/download/LivrodeMetodologiadaPesquisa2010.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber: Manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Ed. UFMG, 1999. 341 p.

LELLES, L. C. **Avaliação qualitativa de impactos ambientais oriundos da extração de areia em cursos d'água**. 2004. 91p. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, 2004.

LIMA, S. C. Carvoeiros: Trajetórias do trabalho e dos trabalhadores da carvoaria na primeira metade do século XX (1910-1950). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Anpud, 2015, p. 1-11. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866390_ARQUIVO_CARVOEIROS_ANPUH2015.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

MACHADO, C. J. S. O mundo da Administração Pública das águas no estado do Rio de Janeiro segundo o olhar de um antropólogo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 25, p. 171-190, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a09v1225>> . Acesso em: 01 jun. 2016.

MIGUEL, F. R. M.; VIEIRA, S. R.; GREGO, C. R. Variabilidade espacial da infiltração de água em solo sob pastagem em função da intensidade de pisoteio. **Pes. Agropec. Brasileira**, Brasília, v.44, n. 11, p. 1513-1519, nov. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Sidney_Vieira/publication/250031142_Variabilidade_espacial_da_infiltracao_de_agua_em_solo_sob_pastagem_em_funcao_da_intensidade_de_pisoteio/links/5465da00cf25b85d17dac9d.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.arigo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html> Acesso em: 24 nov. 2016.

MOTA, J. A.; GAZONI, J. L.; REGANHAN, J. M.; SILVEIRA, M. T. S. da; GÓES, G. S. Trajetória da Governança Ambiental. **Boletim Regional e Urbano do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, n. 1, p. 11-20, 2008. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/081207_bol_etimregional1_cap3.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

MOTTA, H. A. do; NUNES, M. A. C. da. GIT – Gestão Integrada do território na região CONORTE: Implementação do projeto “Espírito Santo sem lixão”. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v.19, n.3, p. 181-193, 2015.

OLIVEIRA, V. A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão Social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v.8, n.4, p. 613-626, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512010000400004> . Acesso em: 01 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

OOSTERBEEK, L. Nosso Futuro Comum... 25 anos depois: Dez questões da ansiedade para a práxis da gestão do território. In: OOSTERBEEK, L.; SCHEUNEMANN, I. **Gestão Integrada do Território: Economia, Sociedade, Ambiente e Cultura**. IBIO, 2012. cap. 2, p. 27- 44.

PASSOS, P. N. C. de. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção Internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, v. 6, p. 1-25, 2009. Disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/18-19-1-pb.pdf>>. Acesso em 12 set. 2016.

PAULA, A. P. P. de. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n1/v45n1a05.pdf> >. Acesso em: 01 jun. 2016.

PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C.; SILVA, J. T. J.; RIGO, A. S. **Gestão Social e Gestão Pública: interfaces e delimitações**. Lavras: Ed. UFLA, 2011. 298 p.

PEREIRA, E. O.; GONTIJO, B. M.; ABREU, L. G. A. C. As ecorregiões da reserva da biosfera da serra do Espinhaço: elementos para o fortalecimento da conservação da biodiversidade. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 43, p. 18-33, 2015. Disponível

em:<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/7045/7595>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

PEREIRA, J. R. Introdução. In: PEREIRA, J. R. et. al. (Orgs) **Gestão Social e Gestão Pública: interfaces e conexões**. Lavras: UFLA, 2011, p. 31-42.

PEREIRA, J. R.; RIGATTO, S. H. Gestão social de políticas públicas no contexto das relações entre Estado e sociedade moderna. In: _____. (Orgs.). **Gestão social de políticas públicas**. Lavras: Ed. UFLA, 2011. p. 17-34.

PERES JUNIOR, M. R. **Gestão Social sob a ótica da Teoria da Estruturação**. 2013. 422 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

PERES JR, M.; PEREIRA, J. R. Abordagens teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratórias. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, nº 2, artigo 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2014. p.221–236. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/9079>>. Acesso em: 01 jun. 2016

PINHO, G. de. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A. S. et al. (Org.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Petrolina: UNIVASF, 2010. p. 21-52. Disponível em: <http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Gest%C3%A3o-Social_Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas_Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.

PORTUGAL, J.; MARQUES, S. Introdução. In: PORTUGAL, J. MARQUES, S. (Eds.). **Gestão Cultural dos Territórios**. Porto: Stepés, 2007. p. 9-12.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. 259p.

RIGO, A. S.; JR., J. T. S.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. (Orgs.) **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: Ações, articulações e agenda.** Recife: UNIVASF, 2009, 456 p. Disponível em: < http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Gest%C3%A3o-Social_Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas_Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

SAADI, A. A Geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. **Geonomos**, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 41-63, 1995. Disponível em:<http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/3_1_41_63_Saadi.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos.** 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 368p.

SANTOS, T.; TREVISAN, R. Eucaliptos *versus* Bioma Pampa: Compreendendo as diferenças entre lavouras de arbóreas e o campo nativo. In: FILHO, A. T. (Org.). **Lavouras de Destruição: a (im) posição do consenso.** Pelotas: 2009, p. 299-332. Disponível em:< http://inga.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Livro_Lavouras_de_Destruicao.pdf>. Acesso em 12 jan. 2017.

SHIKI, S. F. N. de; SHIKI, S. **Gestão Integrada no espaço relativo do desenvolvimento,** 2014. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/12/08O388.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

STÁVALE, O. **Espacialização do Patrimônio Espeleológico da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço: Geossítios selecionados e sua importância para a geoconservação.** 2012. 179 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-8XSNAX>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

TENÓRIO, F. G. (Re)visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, n.5, p. 101-124, 2005. Disponível em: <
<http://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/108/0>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

TENÓRIO, F. G. Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n.5, p. 85-102, 1999. Disponível em: <
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7626/6153>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1992. Disponível em: <
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7754/6346>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: Uma réplica. **Revista ADM. MADE**, v. 13, n.2, p. 1-4, 2009, Disponível em: <
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2605/gestao-social--uma-replica>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

TENÓRIO, F. G. et al. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpad, nov. 2008. p. 1-16. Disponível em: <
http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2008/2008_ENAPG569.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

UHLIG, A.; GOLDEMBERG, J.; COELHO, S. T. O uso do carvão vegetal na indústria siderúrgica brasileira e o impacto sobre as mudanças climáticas. **Revista Brasileira de Energia**, Itajubá, v. 14, n. 2, p. 67-85, 2008. Disponível em:<http://70.32.92.160/media/academicas/v14n02_o-uso-de-carvao-vegetal-na-industria-siderurgica-brasileira-e-o-impacto-sobre-as-mudancas-climaticas_1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

ANEXOS

- **PRIMEIRO ENCONTRO**

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

1. Apresentação do entrevistado

Escolaridade; atuação profissional; Cargo (duração); relação com a organização (região).

2. Qual a organização que você representa? Como foi sua história?

Relação com a região; Fatos marcantes; dificuldades; motivos que levou a criação; transformações; iniciativas marcantes; capacidade de representação; capacidade de participação.

3. Quais são suas principais atuações até hoje?

Realizações; produtos gerados; mudanças ocorridas; inovações produzidas; iniciativas.

4. Como ela se relaciona com as demais organizações?

Quais as conexões; qual a centralidade dela; formas de comunicação; consensos; conflitos.

5. Quais são as perspectivas da organização?

Planejamento; recursos disponíveis.

6. Conclusões do entrevistado.

Informações Complementares.

ROTEIRO PARA GRUPOS

1. Apresentação inicial dos participantes.

Nome; escolaridade; atuação profissional; Cargo (duração); relação com a organização (região).

2. Como tem se dado, historicamente, o desenvolvimento da nossa região?

Os atores; transformações: ambiental, produtiva, social, política.

3. Quais são as principais características da nossa região?

Questões ambientais; os saberes; as práticas locais; as formas de ordenamentos; as formas de diálogo; as agendas.

4. Como as organizações se articulam nas ações locais?

Que ações são essas; qual participação de cada uma; circulação das informações; interesses; capacidades de representação; formato de redes.

5. O que tem sido construído localmente que merece destaque?

Contribuíram; prejudicaram; produtos (resultados); características da coletividade.

6. Quais são as potencialidades da nossa região?

Facilitadores; dificultadores.

7. O que podemos fazer para melhorar o desenvolvimento da nossa região?

Como organizar; como planejar; como participar.

8. Conclusão dos participantes

- **SEGUNDO ENCONTRO**

ATIVIDADE EM GRUPO

Aspecto	Temática	Como estamos	O que podemos fazer
Potencialidades do nosso território	Nossos saberes, conhecimentos e formação		
	Nossas memórias, documentos e registros		
	Nossos diálogos, debates e redes		
	Outras potencialidades nossas		
Oportunidades estratégicas produtivas	Nossas atividades turísticas, produtivas e industriais		
	Nossas atividades educacionais e culturais		
	Nossas ações organizacionais, de planejamentos e projetos		
	Outras oportunidades estratégicas nossas (quais)		
As Necessidades de gestão ambiental e sustentabilidade	Como estamos com relação a conservação ambiental do nosso território		
	Com relação à Preservação das fontes hídricas		

	Outras necessidades ambientais e de sustentabilidade		
Nossas ações de governança do território	Sobre nosso modelo institucional		
	Sobre nosso formato organizacional		

ATIVIDADE EM GRUPO

Qual é nosso principal objetivo a alcançar?



Ordem de prioridade dos ODS para alcançarmos nossos objetivos locais:

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.